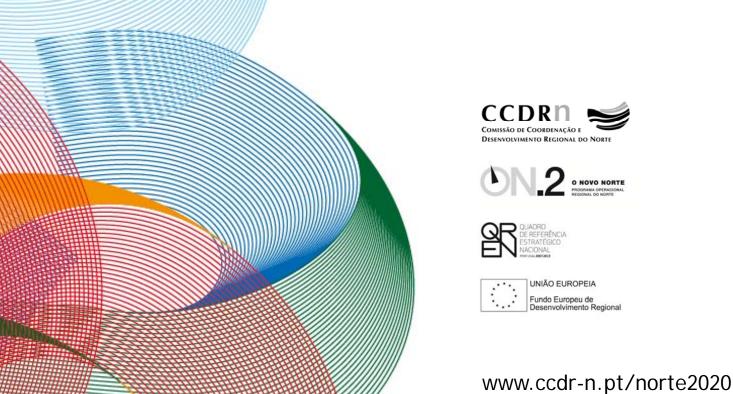


Diagnóstico Prospetivo da Região do Norte 2014-2020

Versão de 26-7-2013

(aprovada nas reuniões do Comité de Pilotagem da Iniciativa "Norte 2020" e do Conselho Regional respetivamente de 1-7-2013 e 16-7-2013)





Índice

1. Enquadramento Macroeconómico e Convergência Real	8
2. Norte 2020 – Crescimento Inteligente	15
Estrutura Económica e Internacionalização	15
Inovação e Especialização Inteligente	18
3. Norte 2020 – Crescimento Sustentável	24
Ambiente, Energia e Sustentabilidade	25
Território, Cidades e Ruralidade	32
Conectividades	39
4. Norte 2020 – Crescimento Inclusivo	45
Educação e Formação	46
Emprego e Empregabilidade	49
Inclusão Social e Territorial	52
5. Norte 2020 – Governação e Capacitação Regional	54
6. Análise SWOT	57





Índice de Figuras

Figura 1 - Índice do PIB "per capita" da Região do Norte face a Portugal e à UE 27	9
Figura 2 - Análise comparativa do PIB per capita em PPC em relação à média da UE27 2011	
Figura 3 - Evolução Real do PIB (%)	11
Figura 4 - Decomposição do Crescimento do PIB em volume, na Região do Norte	13
Figura 5 - Trajetórias Regionais de convergência e Divergência	14
Figura 6 - Emprego na Indústria por intensidade tecnológica e nos Serviços por intensidade em conhecimento na Região do Norte, 2011	15
Figura 7 - Exportações da Região do Norte por produtos, 2011P	16
Figura 8 - Despesa em I&D no PIB e respetiva repartição setorial em 2010	19
Figura 9 - Avaliação da massa critica e de potencial de interação entre as capacidades de C&T e a Economia	
Figura 10 - Reciclagem e valorização de resíduos em 2009	31
Figura 11 - Variação da população residente 2001-2011	33
Figura 12 – Saída precoce da escola no grupo etário de 18-24 anos	47
Figura 13 - Conclusão do ensino superior no grupo etário de 30-34 anos	48
Figura 14 - Taxa de emprego 20-64 anos	50
Figura 15 - Proporção de Desempregados de Longa Duração	52
Figura 16 - Índice de Envelhecimento	53





Índice de Quadros

Quadro 1 - População Servida por Abastecimento de Água, Drenagem e Trat	amento de
Águas Residuais 2006 e 2009	29
Quadro 2- Indicadores associados à Agenda Digital para a Europa	44





Introdução

1. Este trabalho resulta de uma solicitação da tutela do Desenvolvimento Regional, tendo em vista a elaboração de um diagnóstico prospetivo e sintético da Região do Norte, que permita sustentar tecnicamente a preparação, às escalas nacional e regional, do ciclo de programação 2014-2020 e, em particular, do Acordo de Parceria a celebrar entre Portugal e a Comissão Europeia e dos respetivos Programas Operacionais, no âmbito mais vasto dos trabalhos da Subcomissão Especializada para a Negociação do Acordo de Parceria (Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2012 de 8 de novembro).

Este contexto baliza o exercício que se segue, pois pretende-se estabelecer, em matéria de políticas públicas, prioridades relativas a investimento público e privado cofinanciado pelos Fundos do Quadro Estratégico Europeu (QEE). Todos os outros tipos de políticas entram neste exercício na exata medida em que se constituam como instrumentos fundamentais para a execução desse investimento, visto que, sem esta condicionante, o exercício teria um conteúdo mais amplo. Ao mesmo tempo, pretende-se chegar a objetivos de política, o que obriga a restringir a componente mais analítica e concetual ao estritamente necessário.

2. As dimensões do diagnóstico e da formulação estratégica de políticas têm de estar desde o princípio estreitamente associadas. O enquadramento estratégico suprarregional encontra-se definido: a nível europeu, pela Estratégia Europa 2020; a nível nacional, pelo Plano Nacional de Reformas (PNR), aprovado em março de 2011, e pelo documento remetido, em abril de 2012, pelo Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro à Secretária Geral da Comissão Europeia, onde se efetua um ponto de situação sobre os objetivos do PNR. Apesar de terem sido apresentados por Governos distintos, estes dois documentos são coerentes no que respeita à declinação dos indicadores da Estratégia Europa 2020 para Portugal. Esta sintonia global traduziu-se, mais recentemente, nas prioridades para a programação dos fundos comunitários incluídos no QEE estabelecidas na referida Resolução do Conselho de Ministros nº 98/2012 de 8 de novembro.





Sendo assim, também faz sentido que se considere como ponto de partida para a construção do referencial estratégico regional o Programa Regional de Reformas (PRR)1, elaborado em março de 2011, que serviu de suporte à discussão pública do PNR na Região do Norte. O PRR procura também dar conteúdo operacional ao diagnóstico prospetivo efetuado anteriormente (Norte 2020 — Iniciativa Competitividade e Convergência2), onde se revisita o exercício equivalente efetuado em sede da Iniciativa Norte 2015 e que organizou a preparação do período de programação 2007-2013. Estes dois documentos constituem, em termos estratégicos, a grelha de leitura deste diagnóstico prospetivo.

- 3. Este documento de trabalho inicia-se com um ponto dedicado ao enquadramento macroeconómico e ao processo de convergência real. A Política de Coesão visa esta convergência, aferida pela evolução do PIB per capita das regiões menos desenvolvidas em relação à média comunitária. Sem essa análise, sem uma reflexão sobre a trajetória de convergência, não só não é possível estabelecer um ponto de partida para o ciclo de programação que se aproxima como, muito menos, é possível perspetivar as tendências pesadas de evolução. Em seguida, efetua-se um diagnóstico regional estruturado nas três prioridades da Estratégia Europa 2020 -Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável e Crescimento Inclusivo. Num terceiro passo, aborda-se as questões da governação regional numa dupla perspetiva: enquanto objetivo transversal, associado à melhoria do quadro institucional de apoio ao desenvolvimento, e enquanto quadro de referência para a gestão territorializada das políticas a financiar pelo QEE. Conclui-se com a sistematização de uma matriz SWOT regional, que, no atual contexto socioeconómico, procura sintetizar os aspetos mais relevantes do diagnóstico efetuado.
- 4. Esta é uma primeira fase do trabalho de preparação do período de programação 2014-2020 a nível regional. A Iniciativa Norte 2020 foi aprovada pelo Conselho Regional (cfr. Caixa). Pretende-se, através desta iniciativa, partilhar este diagnóstico



6/59

¹ Documento disponível em http://www.ccdr-n.pt/fotos/editor2/imported/www.ccr-norte.pt/regnorte/norte2020 prr.pdf .

² Documento disponível em http://www.ccdr-n.pt/fotos/editor2/imported/www.ccr-norte.pt/regnorte/norte2020.zip.



com os principais atores regionais e, a partir da sua discussão pública, melhorá-lo e consolidá-lo, de forma a sustentar a preparação dos instrumentos de política que permitam dar resposta no plano operacional aos objetivos assumidos. Este trabalho concluir-se-á com a aprovação pelo Conselho Regional de um Plano de Ação Regional para o período 2014-2020.

Iniciativa "Norte 2020"

A iniciativa NORTE 2020 visa o desenvolvimento da estratégia regional para o próximo período de programação das políticas comunitárias (2014-2020). Pretende-se, através desta iniciativa, (i) promover espaços policêntricos de auscultação e debate; (ii) estabelecer procedimentos de estudo e de observação da coesão económica, social e territorial, bem como dos impactos regionais do processo de globalização económica; (iii) definir prioridades e vetores de desenvolvimento que permitam aumentar significativamente a coesão intrarregional e nacional; (iv) gerar consensos alargados sobre as questões decisivas para o desenvolvimento da Região do Norte. Este é um processo plenamente assumido pelo Conselho Regional, enquanto fórum legítimo de representação e debate das autoridades, instituições e interesses regionais, composto pelos presidentes das 86 câmaras municipais abrangidas na área geográfica de atuação da CCDRN e por representantes de freguesias, universidades e institutos politécnicos sediados na região, entidades com assento na comissão permanente de concertação social do Conselho Económico e Social, entidades regionais de turismo, organizações não-governamentais do ambiente, associações de desenvolvimento regional e local, das associações cívicas com expressão regional, bem como por duas individualidades de reconhecido mérito na região.

Esta Iniciativa dará origem a um Plano de Ação Regional 2014-2020 que permita enquadrar a aplicação dos fundos Quadro Estratégico Europeu na Região do Norte. Tendo como referência as prioridades da Estratégia Europa 2020 e os objetivos temáticos da legislação comunitária, este Plano deverá conter, indicativamente (i) um diagnóstico prospetivo, quer permita efetuar uma análise dos principais constrangimentos estruturais, refletindo a situação de partida e perspetivas de evolução dos principais indicadores, ponderando a evolução das disparidades e dinâmicas de desenvolvimento regionais e sub-regionais, sustentando as opções de política e identificando os seus objetivos e respetiva articulação com a prioridades refletidas na legislação comunitária; (ii) uma Visão Regional para 2020, bem como as respetivas prioridades estratégicas e principais instrumentos de política pública e/ou projetos e iniciativas âncora indispensáveis à concretização dessa visão e prioridades.

O modelo de governação desta iniciativa assenta no Conselho Regional e na sua legitimidade. Será esse órgão que dará o suporte político-institucional ao desenvolvimento desta Iniciativa e que, finalmente, aprovará o Plano de Ação Regional. Uma iniciativa desta natureza, que combina dimensões operacionais com outras de representação e validação institucional, pressupõe a existência de diferentes órgãos com valências diversas, nomeadamente:

- Conselho Regional responsável pelo estabelecimento da metodologia de trabalho e pela validação final do Plano de Ação Regional 2014-2020;
- Comité de Pilotagem indigitado pelo Conselho Regional e constituído por um número mais restrito dos representantes dos principais atores regionais, assegurará a coordenação e gestão de todo o processo de planeamento e prospetiva regional;
- Equipa de gestão unidade de cariz executivo e operacional da CCDR-N responsável pela elaboração do Plano de Ação Regional e pelo secretariado executivo desta Iniciativa;
- **Grupos de Trabalho Temáticos** grupos "ad hoc" organizados pela Equipa de Gestão, envolvendo peritos e "stakeholders" que visam o debate e a construção coletiva da visão e das prioridades regionais;
- Equipa de marketing e comunicação unidade da CCDR-N que assegura a definição da estratégia de comunicação, a organização dos diferentes eventos, a edição dos elementos de comunicação e, genericamente, o processo de consulta pública.

Em termos operacionais, a Iniciativa Norte 2020 foi apresentada, discutida e aprovada na reunião do Conselho Regional de 14 de março de 2013. Realizou-se, em 4 de abril de 2013, a conferência de lançamento do processo participativo de desenvolvimento do Plano de Ação Regional 2014-2020, tendo contado com mais de 600 participantes. Procedeu-se à nomeação dos membros do Comité de Pilotagem e à realização da sua primeira reunião para validação do disgnóstico prospetivo. Encontram-se em desenvolvimento os Ateliês Temáticos, tendo-se realizado cerca de uma dezena dessas sessões de trabalho. O processo concluir-se-á com a apresentação do Plano de Ação Regional 2014-2020 e lançamento do período de consulta pública, a que se seguirá a sua apresentação final, incluindo os resultados da consulta pública, e a sua apreciação pelo Conselho Regional.





1. Enquadramento Macroeconómico e Convergência Real

5. A Região do Norte, tal como Portugal no seu conjunto, encontra-se num contexto macroeconómico particularmente difícil, caracterizado pela redução generalizada da atividade económica, do emprego e do bem-estar social. Esta situação é explicada, essencialmente, pelos efeitos recessivos do programa de ajustamento financeiro em curso, cujos efeitos negativos na procura interna não são totalmente compensados pela evolução positiva da procura externa dos bens e serviços produzidos na Região do Norte e no país. Este contexto macroeconómico agravouse em 2011, ano em que o crescimento económico da Região do Norte, em volume, se situou em -1,5%, bastante abaixo do registado em 2010 (+2,7%; cerca de 0,8 p.p. acima da média nacional). A inversão do crescimento económico ocorrida em 2011 quebrou a tendência de convergência real da Região do Norte com os padrões médios da União Europeia (UE27) verificada entre 2006 e 2010, período em que o PIB per capita da Região do Norte, expresso em paridades de poder de compra, aumentou de 61,9% para 64,9% do PIB per capita da UE27 (cf. Figura 1). Assim, em 2011, este indicador retrocedeu para 62,2%. Esta divergência ocorreu no país como um todo, pelo que se manteve a posição relativa da Região do Norte face à média nacional (aproximadamente 80%).





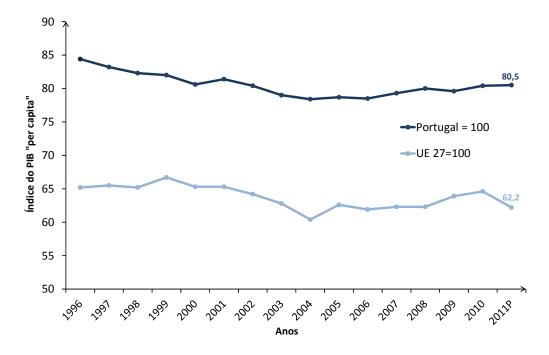


Figura 1 - Índice do PIB per capita da Região do Norte face a Portugal e à UE 27 (Fonte: INE)

6. Esta trajetória caracteriza a segunda metade da década, mas nem sempre foi assim. Na verdade, a Região do Norte, mudou muito e, sobretudo, mudou muito depressa, como resultado, em parte, da própria aceleração do ciclo económico durante este século. Registou-se, durante a primeira metade desta década, uma dupla divergência real, em relação à União Europeia (UE27) e ao país. No entanto, a segunda metade desta década é caracterizada pelo fim deste processo, dando lugar a uma ligeira convergência da Região do Norte com a média nacional, passando de 78,7%, em 2005, para 80,5% do PIB per capita do país, em 2011. Mas o processo de empobrecimento relativo vinha do século passado, tendo a Região do Norte ocupado o lugar da Região dos Açores, em 1999, como a região NUTS II nacional com menor PIB per capita. Este processo registou, contudo, alguma tendência de inversão a partir dos meados da década anterior. A Região do Norte aproximou-se do nível de PIB per capita observado na Região Centro do país (o qual correspondia, em 2011, a 83,2% da média nacional), embora continuando a ser a região NUTS II mais pobre do país, à luz deste indicador (cf. Figura 2).





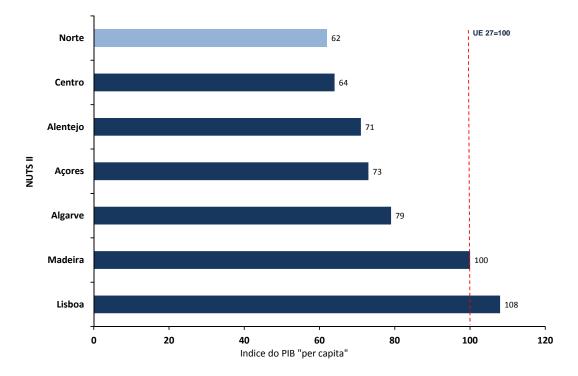


Figura 2 - Análise comparativa do PIB per capita em PPC em relação à média da UE27, 2011

(Fonte: Eurostat)

Após um forte crescimento económico durante a segunda metade da década de 1990, aliás, em sintonia com a dinâmica de crescimento da economia europeia e nacional, a Região do Norte registou uma profunda crise económica em 2002 e 2003, com variações do PIB, em volume, na ordem de -0,8% e -2,6%, respetivamente. A nível nacional, esta recessão só se fez sentir em 2003, e mesmo então de forma mais ligeira. Já a nível europeu, a crise foi inexistente, registando-se até uma aceleração da atividade económica. Assim, a Região do Norte antecipou o período recessivo da economia nacional e comportou-se em contraciclo com a UE27.

Após esse período, a Região do Norte acumulou, de 2004 a 2007, quatro anos consecutivos de crescimento económico a ritmos crescentes. De tal forma que, em 2007, esse crescimento se situou nos 3,4%, 1,0 p.p. acima do resultado do país e o mais elevado desde 1999 (idêntico ao então apurado). Porém, a degradação da conjuntura económica mundial e nacional impediu que os anos seguintes confirmassem essa expectativa. Em todo o caso, a evolução do PIB, em volume, da Região do Norte em 2008 mostrou uma economia mais resistente à crise do que a





globalidade das economias de Portugal e da União Europeia, apresentando um crescimento positivo de 0,5%, que compara com um crescimento nulo a nível nacional e de 0,3% na UE27.

O ano de 2009 foi, em termos internacionais, caracterizado por uma forte redução da atividade económica mundial. O aumento do desemprego nos principais blocos económicos (EUA, UE, Japão) condicionou a procura externa, prejudicando os países e as regiões com maior orientação exportadora. Não é por isso surpreendente o facto de o PIB real da Região do Norte ter tido uma queda mais acentuada do que o do país, em 2009 (-3,6% na Região do Norte e -2,9% em Portugal). No decurso de 2009, deu-se uma resposta concertada dos principais blocos económicos a esta crise, inclusive em Portugal, sob a forma de uma política orçamental e monetária expansionista. Foi esta concertação que possibilitou a inversão da crise económica mundial e europeia em 2010, com o PIB real a crescer 1,5% na UE27, 1,9% em Portugal e 2,7% na Região do Norte; tendência que se inverteu no ano seguinte com a subsequente crise da dívida soberana e a aplicação do programa de ajustamento financeiro em Portugal (cf. Figura 3).

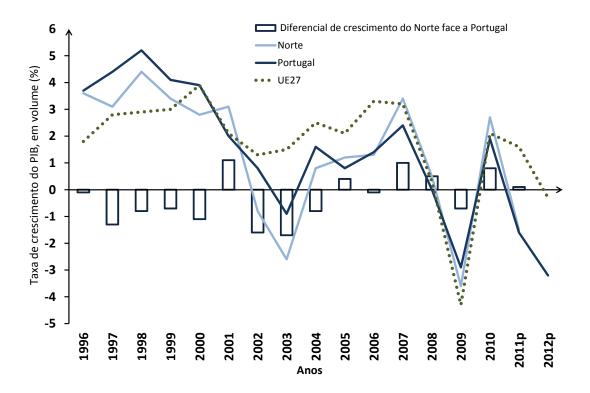


Figura 3 - Evolução Real do PIB (%)

(Fonte: INE e Eurostat)

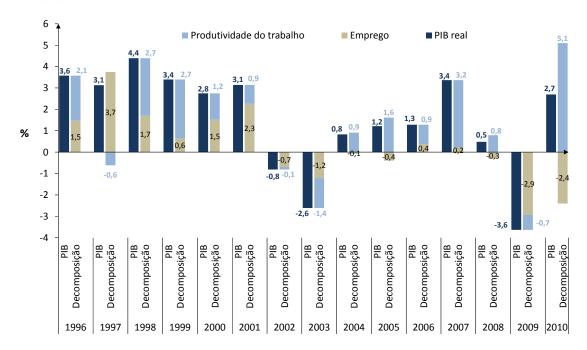




- 7. Estes dados parecem demonstrar que a Região do Norte dispõe de uma economia com grande capacidade de adaptação, competitiva e, sobretudo, resiliente. Na verdade, após os efeitos recessivos das crises de 2002-2003 e de 2008-2009, a recuperação económica verificada em Portugal foi induzida pelo crescimento económico da Região do Norte. Este crescimento terá sido o resultado de uma resposta "macro institucional" a choques externos com efeitos cada vez mais sensíveis a partir da segunda metade de década de 1990 e que restringiram fortemente as vantagens comparativas do passado. Em primeiro lugar, o enquadramento político externo alterou-se significativamente com o alargamento a Leste da União Europeia. Em segundo lugar, a envolvente económica externa sofreu significativas modificações com o processo de integração monetária e a existência de uma moeda única num espaço económico integrado retirou graus de liberdade à gestão da procura externa nacional. Em terceiro lugar, a intensificação da globalização, em particular com a adesão da China à OMC, reduziu também o papel da Região do Norte de exportador privilegiado para um grupo de países mais desenvolvidos do centro da Europa.
- 8. A sequência destes choques estruturais externos marcou uma região NUTS II como esta, especializada na produção de bens transacionáveis e com forte orientação exportadora. O ajustamento a estes choques externos implicou vários movimentos simultâneos: ao nível micro, verificou-se o desaparecimento de muitas das empresas que caracteriza(va)m a economia regional; ao nível macro, o aprofundamento das interações institucionais no contexto do sistema regional de inovação gerou o aparecimento e a modernização de muitas outras empresas, que têm contribuído para a substituição de processos produtivos mais intensivos em mão-de-obra por outros mais intensivos em capital e em tecnologia, o aumento da despesa privada em investigação e desenvolvimento e a difusão dos processos de inovação ao nível intersectorial e intrassectorial.







Decomposição do crescimento económico por ano

Figura 4 - Decomposição do Crescimento do PIB em volume, na Região do Norte (Fonte: INE)

9. Este processo contribuiu para gerar valor acrescentado de forma mais eficiente, isto é, com maior produtividade. Sem essa melhoria contínua da produtividade do trabalho (como se verificou durante o período de 2004 a 2008 e em 2010) não será possível promover o crescimento sustentado da Região do Norte (cf. Figura 4). A circunstância de a produtividade continuar a crescer mais do que a média nacional permite supor que, no momento em que seja superada a atual crise, a economia regional apresentar-se-á com uma competitividade acrescida, mais capaz, portanto, de competir nos mercados internacionais e, por essa via, mais capaz de induzir crescimento económico. Importa sublinhar igualmente que esta evolução recente e, em particular, a evolução da produtividade - também demonstra que o crescimento económico deixou de ser condição suficiente para o crescimento do emprego. A taxa de desemprego, após a crise de 2002-2003, não mais se reduziu de forma sensível, mesmo em anos com crescimento económico significativo.





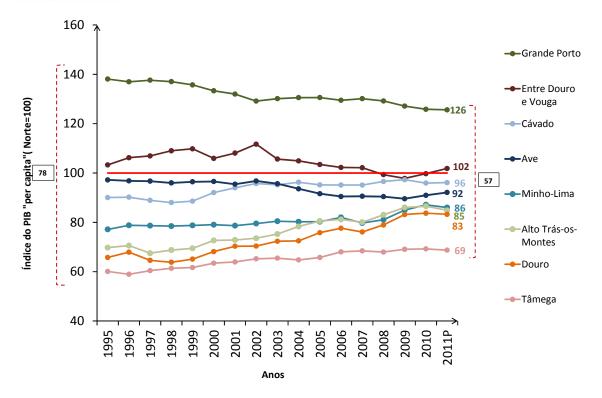


Figura 5 - Trajetórias Regionais de convergência e Divergência (Fonte: INE)

- 10. Entre 1995 e 2011 ocorreu uma redução das assimetrias intrarregionais. As subregiões que, em 1995, apresentavam um grau de desenvolvimento mais elevado (as NUTS III Grande Porto, Entre Douro e Vouga e Ave) apresentaram um comportamento negativo, enquanto o grupo das sub-regiões que tinham um nível de desenvolvimento mais reduzido (NUTS III Tâmega, Minho-Lima, Trás-os-Montes e Douro), entrou num processo de convergência com a média da Região do Norte. Só que os ganhos de coesão registados são mais aparentes do que reais, pois correspondem, sobretudo, a um certo nivelamento por baixo: não são as NUTS III mais "pobres" que estão a ficar mais "ricas"; são, sim, as mais "ricas" que estão a ficar mais "pobres" (cf. Figura 5). Isto é, o declínio da competitividade da Região do Norte como um todo e, em especial, dos seus espaços mais dinâmicos não gerou um modelo de coesão territorial desejável nem, muito menos, sustentável a prazo.
- 11. Estes ganhos de coesão não têm alterado as tendências (pesadas) demográficas e de distribuição territorial de pessoas e recursos. Aprofundou-se o dualismo estrutural que tem marcado a evolução do sistema territorial da Região do Norte. De um lado, a "Região Urbana Metropolitana", que tem o seu centro na Área





Metropolitana do Porto e que acaba por confluir, sem grandes descontinuidades, na conurbação do Noroeste ("Arco Metropolitano do Noroeste", de acordo com a designação atribuída pelo Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território). Do outro, as áreas rurais, marcadas pelo envelhecimento, e pelo êxodo populacional e, por uma atividade agrícola em declínio e polarizadas pelas sedes de concelho e outros pequenos centros urbanos, que, apesar de tudo, têm permitido estancar, pelo menos em parte, o esvaziamento do interior da Região do Norte.

2. Norte 2020 - Crescimento Inteligente

Este capítulo estrutura-se em dois pontos com relativa autonomia: (i) Estrutura Económica e Internacionalização; (ii) Inovação e Especialização Inteligente.

Estrutura Económica e Internacionalização

12. A Região do Norte caracteriza-se por um **peso importante da indústria na sua estrutura económica** (32% do VAB regional em 2011). Embora com preponderância de setores de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, apresenta igualmente algumas atividades de maior intensidade tecnológica, nomeadamente ao nível da indústria de equipamentos e/ou de componentes de automóveis, com potencial de evolução para o fornecimento à indústria aeronáutica (cf. Figura 6).

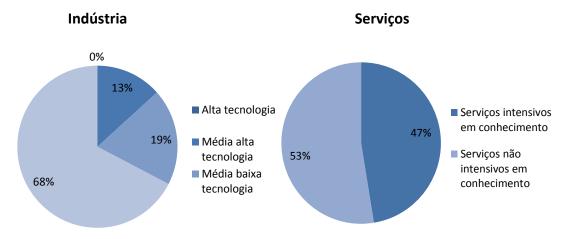


Figura 6 - Emprego na Indústria por intensidade tecnológica e nos Serviços por intensidade em conhecimento na Região do Norte, 2011

(Fonte: EUROSTAT)





- 13. Apesar disso, assiste-se a um **processo de terciarização**, nomeadamente pelo aumento do setor dos serviços, destacando-se a emergência dos mais intensivos em conhecimento (cf. Figura 6). O turismo tem vindo a registar um crescente dinamismo, com um acréscimo de cerca de um milhão de dormidas entre 2005 e 2011 (de 3,5 para 4,5 milhões de dormidas), o que corresponde a um crescimento médio anual superior à média nacional (4,8% vs 1,8%). Trata-se de uma atividade com um forte potencial de crescimento, de valorização económica de recursos endógenos e de criação de emprego.
- 14. A Região do Norte é também a região NUTS II de Portugal com maior orientação exportadora, representando, em 2011, cerca de 39% das exportações de bens e contribuindo para a respetiva balança comercial com um excedente de cerca de 3,5 mil milhões de euros. Também é a região com maior intensidade exportadora (27% do peso das exportações no respetivo PIB), que poderá ser acrescida no quadro de uma estratégia orientada para as exportações. Por exemplo, impõe-se o reconhecimento do potencial de alargamento da base exportadora quando se constata que apenas 13% das cerca de 115 mil PME da Região exportam.

A estrutura das exportações internacionais da Região do Norte é reveladora da respetiva especialização produtiva.

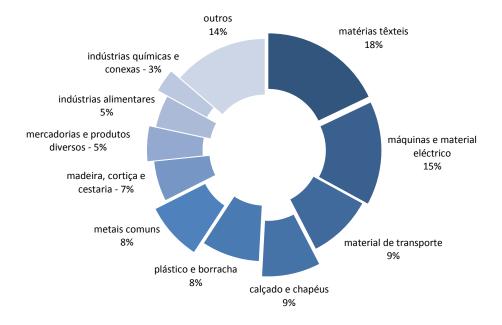


Figura 7 - Exportações da Região do Norte por produtos, 2011P (Fonte: INE)





O têxtil e vestuário, as máquinas e aparelhos (sobretudo do sector elétrico e eletrónico), a fileira automóvel, o calçado, os metais comuns e os plásticos e borrachas constituíram, em 2011, um pouco mais de dois terços (67,4%) das exportações de bens da Região do Norte (cf. Figura 7). Mas esta distribuição resulta do processo de ajustamento estrutural da economia regional. Entre 2005 e 2011, as principais alterações por produtos dizem respeito à perda de importância relativa do têxtil e vestuário (de 24,8% para 18,3%) e das máquinas e equipamentos (de 21,8% para 15%);em sentido contrário, reforçou-se o peso relativo das exportações da fileira automóvel (de 5,8% para 9%), dos plásticos e borrachas (de 5,6% para 8,2%) e dos metais comuns e suas obras (de 6,6% para 8,2%).

- 15. No que respeita à atração de investimento direto estrangeiro (IDE), há indícios de uma nova tendência caracterizada pela procura da melhor relação qualidade-custo do capital humano. Concomitantemente, é crescente o investimento no estrangeiro de algumas empresas do Norte, sobretudo na grande distribuição, no agroalimentar e na construção civil, podendo ser elementos coadjuvantes num processo de internacionalização "assistida" das PME regionais.
- 16. A nível institucional, observam-se níveis ainda baixos de integração das entidades regionais do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) em parcerias e organismos internacionais e em programas e projetos de âmbito europeu.

A escala de operação e as decorrentes limitações produtivas e financeiras que caracterizam a economia regional dificultam o processo de internacionalização. Os ainda reduzidos níveis de cooperação empresarial, ao não potenciarem a redução de riscos e custos, condicionam o desenvolvimento de iniciativas integradas de internacionalização. Na atração de IDE, importa explorar as tendências das multinacionais para a promoção de processo de clusterização em torno dos investimentos realizados. Mas do diagnóstico realizado ressaltam também: (i) as carências na oferta de formação na área da internacionalização, bem como a ausência de competências especializadas em quantidade ou as dificuldades de acesso a consultoria especializada; (ii) a necessidade de diversificação de mercados e de modelo de negócio; (iii) a insuficiente coordenação e cooperação nos





processos de internacionalização, procurando combinar a perspetiva de fileira tradicional com a perspetiva de variedade relacionada; (iv) o ainda limitado recurso a ferramentas eletrónicas de comunicação como o comércio eletrónico, (v) a necessidade de melhorar o modelo de internacionalização e de promoção e consolidação de parcerias entre clientes e fornecedores; (vi) as insuficiências dos instrumentos de engenharia financeira de suporte à internacionalização; (vii) a limitada internacionalização das entidades/empresas do Sistema Regional de Inovação (SRI).

Inovação e Especialização Inteligente

17. A evolução positiva de Portugal no que respeita aos principais índices de inovação é transversal às suas diferentes regiões NUTS II, subsistindo, no entanto, assimetrias inter-regionais relevantes. De acordo com o *Regional Innovation Scoreboard* 2012, a Região do Norte posiciona-se num nível médio-alto (*moderate-high innovator*), tendo vindo a evoluir positivamente neste ranking desde 2007. Esta evolução também se traduz nos indicadores de inovação, que vêm convergindo com os nacionais e comunitários, como resultado de um melhor desempenho relativo, embora mais do lado dos indicadores de *input* do que do lado dos indicadores de inovação e de sofisticação empresarial. Assim, destacam-se os progressos registados no investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D), que mais do que duplicou entre 2003 e 2010 (de 0,6% para 1,5% do PIB regional), situando-se, mesmo assim, abaixo das médias nacional (1,6%) e da UE27 (2,0%) e distante da meta de 3% definida na Estratégia Europa 2020 (cf. Figura 8).





Proporção da despesa

Distribuição Sectorial

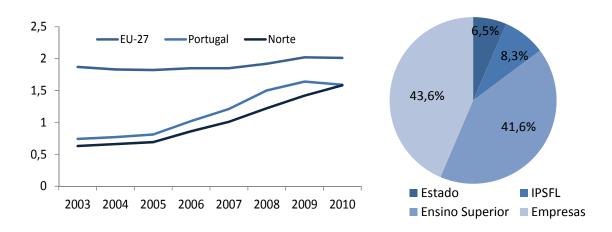


Figura 8 - Despesa em I&D no PIB e respetiva repartição setorial em 2010 (Fonte: INE)

- 18. Em contrapartida, observa-se um **desequilíbrio na execução**, com uma menor importância relativa do setor empresarial, tanto ao nível regional (44%), como nacional (perto de 50%), quando comparada com a média da UE27 (54%) e a meta de 75% definida para 2020 (cf. Figura 8).
- 19. A **formação avançada** constitui uma outra dimensão com uma evolução muito significativa na Região do Norte, verificando-se um processo de rápida convergência com os principais padrões de referência. As instituições de ensino superior sediadas na Região registam cerca de 124 mil alunos. Nos domínios da Ciência e da Engenharia, em particular, Portugal é um dos países líderes europeus em fluxo, com cerca de 21 graduados por cada mil habitantes com idades entre os 20 e os 29 anos (a média da UE situa-se pouco acima dos 13 graduados por mil habitantes). Nos domínios da Matemática, das Engenharias e das Ciências, graduam-se anualmente na Região do Norte cerca de 7 mil alunos. Observa-se, ainda, um significativo acréscimo do número de doutorados (pese embora a sua menor integração nas empresas face à informação equiparável de outros Estados Membros da UE), bem como um crescimento anual de 15% de trabalhadores em I&D no período entre 2003 e 2009, detendo a Região do Norte cerca de 29% do total nacional.
- 20. Em termos de **fluxo de patentes**, a Região do Norte assume um papel de destaque, tendo inclusive, no cômputo das regiões nacionais, liderado este indicador em 2008





(situação que se alterou em 2009, com a troca de posições com a região NUTS II de Lisboa). No entanto, os valores observados ainda se encontram distantes da média da UE, indiciando uma menor produtividade face aos níveis de patenteação de outras regiões com volumes de investimento em I&D equiparáveis.

Regista-se também uma evolução positiva nos indicadores de inovação empresarial tecnológica e não tecnológica, embora a um nível inferior à das regiões do Centro e de Lisboa.

- 21. A aceleração da trajetória de crescimento económico só é possível num quadro de forte competitividade da economia regional. Torna-se essencial, nesse sentido, a consolidação do Sistema Regional de Inovação (SRI), alicerçando o investimento em conhecimento e tecnologia em pontos nodais com forte potencial económico e/ou científico no quadro de uma estratégia mais global de especialização inteligente. Esse SRI apresenta ainda algumas insuficiências como: (i) os ainda baixos níveis de investimento público e, sobretudo, privado em I&D; (ii) o desalinhamento entre a oferta de formação avançada e a capacidade de absorção dos trabalhadores mais qualificados por parte da economia nacional e regional; (iii) a excessiva fragmentação do sistema científico e tecnológico, bem como dos apoios à I&D; (iv) o desequilíbrio na afetação de recursos entre as lógicas de dinamização da procura (demand pull) e de promoção da ciência (science push); (v) a falta de consolidação do mercado tecnológico; (vi) a insuficiência e algum enviesamento dos instrumentos de engenharia financeira de apoio à inovação, à internacionalização e ao empreendedorismo; (vii) os níveis reduzidos de empreendedorismo, em particular do de caráter mais inovador; (viii) as dificuldades de articulação entre as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT), as empresas de produção e desenvolvimento de tecnologia e os utilizadores avançados.
- 22. A construção da **estratégia regional de especialização inteligente** passa por combinar uma análise de diagnóstico, com uma análise prospetiva do posicionamento regional à escala global. Com base neste modelo teórico, desenvolveu-se uma metodologia dinâmica que procurou avaliar os recursos e ativos regionais e o potencial de integração de conhecimento e de articulação inter-setorial. Assim, avaliaram-se os recursos e ativos tecnológicos (conhecimento





analítico e sintético) e não tecnológicos (conhecimento simbólico) e o seu potencial de valorização económica, tendo por base uma variedade relacionada de atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis, bem como a viabilidade de afirmação competitiva internacional da Região do Norte. Este exercício, no caso dos recursos e ativos tecnológicos, foi traduzido na matriz (cf. Figura 9) onde os nós mais escuros evidenciam um maior potencial de articulação entre os recursos e ativos e a estrutura económica (pontos nodais).

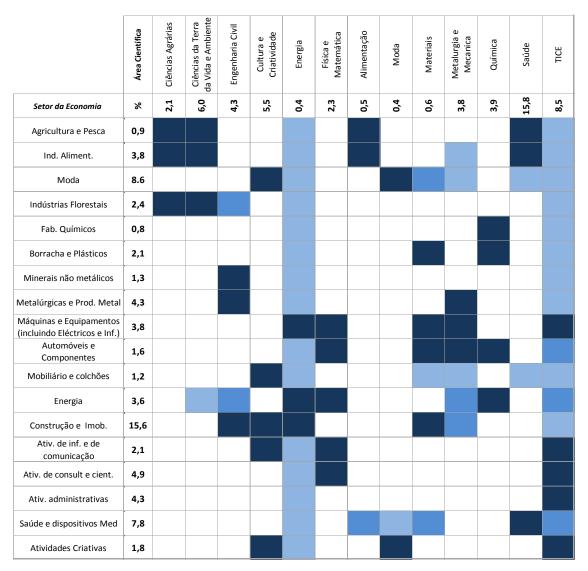


Figura 9 - Avaliação da massa critica e de potencial de interação entre as capacidades de C&T e a Economia

(Fonte: INE e FCT)

23. Partindo dos referidos pontos nodais, procedeu-se a um exercício de avaliação de technology relatedness e market relatedness, suportado em estudos internos, no





conhecimento do território existente na CCDR-N e na interação com os principais atores regionais, do qual resultou a definição de possíveis domínios de especialização inteligente (principais e *wild cards*). Para cada um destes domínios, procedeu-se a uma análise mais fina sobre a especialização do capital humano, as competências científicas e o enfoque das atividades económicas e à definição do seu racional. Complementou-se a análise com um exercício de prospetiva, procurando avaliar de que forma os recursos e ativos e o seu potencial de integração em bens e serviços poderiam responder, de forma competitiva, à evolução da procura e das tendências internacionais.

- 24. Assim, a construção de uma estratégia de especialização inteligente assenta no aproveitamento de triângulos virtuosos envolvendo entidades regionais do SCT, produtores de tecnologia e utilizadores avançados dessa tecnologia num contexto institucional promotor de interações entre esses três vértices. Podem constituir-se como apostas regionais, nomeadamente os seguintes domínios prioritários:
 - Recursos do Mar e Economia, visando o estabelecimento de relações de articulação entre engenharias aplicadas (civil, mecânica, naval, robótica, energia, biociências e tecnologias de informação, materiais), recursos do mar (vento, ondas, algas, praias, etc) e atividades económicas que os valorizem (construção naval, produção de energia em offshore, construção de plataformas, turismo náutico, biocombustíveis, alimentação e aquacultura em offshore, etc.);
 - Capital Humano e Serviços Especializados, promovendo as competências acumuladas na área das TIC (em particular, no desenvolvimento de aplicações multimédia e na programação e engenharia de sistemas), para o desenvolvimento de soluções de governo eletrónico, a desmaterialização de processos e, em associação com a reconversão de capital humano, o aproveitamento das tendências para operações de nearshore Outsourcing (centros de engenharia, de serviços partilhados e de contacto);
 - Cultura, Criação e Moda, explorando as indústrias criativas (sobretudo nas áreas de design e arquitetura), de novos materiais e de tecnologias de





produção inovadoras, na criação de novas vantagens competitivas em setores ligados à produção de bens de consumo com uma forte componente de design, nomeadamente têxtil e vestuário, calçado, acessórios, mobiliário, joalharia, etc.;

- Indústrias da Mobilidade e Ambiente, aproveitando as competências científicas nas áreas das tecnologias de produção e dos materiais, potenciadas pelos contratos de fornecimento com a Airbus e Embraer, para a promoção do upgrade das indústrias de componentes de automóveis e de moldes, tendo em vista o fornecimento de clientes mais exigentes nas especificações técnicas, nomeadamente na área da aeronáutica;
- Sistemas Agroambientais e Alimentação, procurando articular o potencial agrícola regional em produtos de elevado valor acrescentado (vinho, azeite, castanha, etc.) com competências científicas e tecnológicas (enologia, engenharia, biologia, biotecnologia, etc) e empresariais (leite e derivados, vitivinicultura, etc.) para o desenvolvimento de produtos associados, nomeadamente à alimentação funcional e à gastronomia local, e destinados a segmentos de procura mais dinâmicos;
- Ciências da Vida e Saúde, consolidando as dinâmicas de articulação entre a investigação regional (nomeadamente, ao nível da engenharia de tecidos, do cancro, das neurociências e do desenvolvimento das técnicas cirúrgicas) e as empresas nas indústrias e serviços na área da saúde em sentido amplo (farmacêutica, dispositivos médicos, prestação de serviços saúde, turismo de saúde e bem-estar e cosmética);
- Capital Simbólico, Tecnologias e Serviços do Turismo, valorizando recursos culturais e intensivos em território e aproveitando as capacidades científicas e tecnológicas, nomeadamente nas áreas da gestão, marketing e TIC, e a oferta turística relevante, para a promoção de percursos e itinerâncias como forma de aproveitamento das principais infraestruturas de entrada de visitantes e turistas;





- Tecnologias de Largo Espectro procurando desenvolver fileiras associadas às Tecnologias de Largo Espectro (Key Enabling Technologies), nomeadamente os Sistemas de Produção Avançados, Nanotecnologias, Materiais e TICE, conjugando a existência de capacidades e infraestruturas científicas e tecnológicas, e de setores utilizadores relevantes, através do reforço do tecido empresarial existente (no caso das tecnologias de produção e das TICE) ou da criação de novas empresas (sobretudo na área da nanotecnologia e da produção de novos materiais).
- 25. Estes domínios prioritários constituem a base para a discussão da estratégia regional de especialização inteligente, necessitando, no entanto, de ajustamentos em função da interação a realizar com os atores regionais em sede dos Ateliês Temáticos que se encontram em curso. Espera-se, também, identificar um número restrito de linhas de trabalho e de aposta das entidades regionais do SCT e as intenções de investimento do tecido empresarial no desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços. Por outro lado, a análise da interação entre agentes, empresas e entidades do SCT é fundamental para avaliar a massa crítica do sistema regional de inovação nestes domínios. A dimensão operacional desta estratégia passará pela construção de uma matriz para cada um destes oito domínios onde se cruzem as intenções de investimento dos diferentes agentes e se avalie, concomitantemente, as suas interações e as potenciais assimetrias de massa crítica.

3. Norte 2020 – Crescimento Sustentável

Nas secções seguintes deste capítulo o diagnóstico prospetivo desenvolve-se em torno de um conjunto de temas considerados mais relevantes para assegurar um "crescimento sustentável" da Região do Norte: (i) Ambiente, Energia e Sustentabilidade; (ii) Território, Cidades e Ruralidade; e (iii) Conectividades.





Ambiente, Energia e Sustentabilidade

26. A promoção de um ambiente mais sustentável e, em particular, a contenção do crescimento das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) constituem uma das áreas de ação prioritária definidas pelas Nações Unidas e pela Comissão Europeia. A Região do Norte tem um contributo importante nas emissões de GEE e, por isso mesmo, deverá continuar a ter um papel proactivo na redução destes gases, nomeadamente, nos sectores dos transportes (que apresenta o crescimento mais acentuado), da indústria, dos resíduos e do tratamento das águas residuais e, da produção de energia, bem como no que respeita à qualidade da água e à gestão dos recursos hídricos. Por exemplo, em termos de saúde humana, estima-se um crescimento da frequência das ondas de calor, o aumento de episódios de poluição fotoquímica e de doenças transmitidas por vetores, conduzindo a uma degradação da qualidade de vida dos cidadãos e a um aumento da pressão sobre os serviços de saúde.

Deste modo, as questões ambientais suscitadas pelo estádio de desenvolvimento da Região do Norte obrigam à construção de uma agenda global do ambiente orientada para questões muito concretas que, num prazo específico, têm de ser substancialmente invertidas ou mesmo resolvidas. São por isso temas-alavanca dessa agenda: (i) a melhoria da eficiência energética; (ii) a melhoria da qualidade do ar; (iii) a melhoria da qualidade das águas; (iv) o tratamento de resíduos sólidos urbanos; (iv) a preservação da biodiversidade existente nas áreas terrestres, costeiras e marinhas.

Os temas-alavanca selecionados apresentam um mesmo denominador comum, que se centra na problemática das alterações climáticas, tida em conta nas opções de qualificação ambiental, na definição dos fluxos urbanos e interurbanos e na forma como se pretende concretizar essas opções através de uma nova forma de organização de diferentes tipos de infraestrutura e de serviços de transportes a elas associados. A política energética e de transportes, o planeamento territorial e urbanístico e as opções de desenvolvimento industrial influenciam decisivamente a





adaptação aos efeitos das alterações climáticas e, em simultâneo, devem pretender reduzi-los.

27. Portugal assumiu uma aposta clara no mercado das novas energias e em particular na utilização crescente de energias renováveis e na promoção de ações de eficiência energética, visando uma maior racionalização do uso da energia. A prossecução desta estratégia adequa-se aos diversos instrumentos de planeamento aprovados no domínio da energia, tais como a Estratégia Nacional de Energia (ENE2020), o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER) e o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE), e encontra-se devidamente alinhada com os objetivos definidos pela União Europeia. Aliás, na Estratégia Europa 2020, destaca-se, como prioridade de intervenção, a iniciativa emblemática "Uma Europa eficiente em termos de recursos", destinada a contribuir para dissociar crescimento económico e aumento do consumo de recursos energéticos, através da descarbonização da economia, do aumento da utilização das fontes renováveis, da modernização do sector dos transportes e da promoção da eficiência energética.

A aposta nacional na promoção de uma economia de baixo carbono não pode deixar de assumir na Região do Norte um papel particularmente relevante na medida em que nela abundam recursos energéticos endógenos nas diversas áreas (existe um elevado potencial na energia hídrica, na energia eólica e na radiação solar e, complementarmente, na produção de biomassa e de energia das ondas), atores relevantes, conhecimento científico e empresarial e uma indústria disponível para a sua modernização energética.

Ao longo do ciclo de programação atual, a Região do Norte tem adquirido experiência e conhecimento relevante no domínio da energia, nas suas múltiplas dimensões, na sequência de um trabalho de definição estratégica, iniciado em 2008, com a elaboração do Plano de Ação para a Promoção da Energia Sustentável no Norte de Portugal. Esta estratégia regional tem vindo a ser concretizada, designadamente pela gestão do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2 – "O Novo Norte"), através de iniciativas de investimento como as que visaram a promoção de uma Rede Territorial de Agências de Energia, o apoio a sistemas de





utilização racional de energia em equipamentos, a instalação de Unidades Autónomas de Gás (UAG) e respetivas redes de distribuição ou a promoção de eficiência energética em edifícios de habitação social. Ainda no âmbito da sustentabilidade energética em áreas urbanas salienta-se a iniciativa JESSICA, onde se estabeleceu a "eficiência energética e as energias renováveis" como uma das quatro áreas de intervenção prioritária.

- 28. A avaliação da qualidade do ar na Região do Norte confirma a existência dos seguintes três poluentes com potencial de concentração mais preocupante:
 - (i) as partículas (PM10) redução das concentrações deste poluente, para valores abaixo do valor limite anual, persistindo apenas algumas situações com médias diárias acima do valor limite diário;
 - (ii) o dióxido de azoto (NO2) excedências dos valores limite fixados na legislação para este poluente, sobretudo associadas a elevados níveis de emissões provenientes do sector industrial, da combustão residencial e comercial e do tráfego rodoviário, destacando-se este último como a principal fonte emissora;
 - (iii) e o ozono troposférico (O3) concentrações deste poluente com potencial para futuro incumprimento da meta nas Zonas Norte Litoral e Norte Interior e nas aglomerações de Braga e do Vale do Sousa.
- 29. A análise do impacto das alterações climáticas na Região do Norte, no âmbito da distribuição temporal e espacial dos **recursos hídricos e da qualidade da água e do ar**, sinalizou as seguintes tendências de evolução: (i) ao longo do século XXI, deverá registar-se um aumento da temperatura média anual e uma diminuição da precipitação média anual (ii) o nível médio do mar deverá aumentar a uma taxa média entre 1,9 e 3,4 mm/ano; (iii) haverá uma redução do escoamento com a consequente diminuição da capacidade de diluição e a degradação da qualidade da água.

Os impactes sobre os recursos hídricos refletem-se, por sua vez, sobre os sectores utilizadores da água, incluindo os ecossistemas aquáticos. A resposta a este desafio passa por uma melhor gestão dos recursos hídricos, destacando-se na Região do Norte as seguintes dificuldades: (i) a insuficiente dotação dos sistemas de drenagem





e tratamento de águas residuais industriais; (ii) a sobre-exploração de águas subterrâneas e a existência de episódios de poluição difusa; (iii) a perda da qualidade ecológica e de eutrofização em diversas massas de água, (iv) as dificuldades inter-anuais de água para consumo humano e para as atividades económicas em determinadas zonas, sobretudo se se tiver em conta o aumento da procura de água por outros sectores, como para produção de energia hidroelétrica e para a agricultura, a que acresce um uso pouco eficiente da água na agricultura e nos sistemas de abastecimento público; (v) uma significativa pressão/degradação ambiental a que se encontra sujeita a zona do litoral, nomeadamente em estuários e zonas costeiras, além da degradação de ecossistemas em águas interiores com a afetação das zonas húmidas ribeirinhas, a artificialização de leitos e margens; (vi) os riscos de cheias e inundações, de poluição acidental e de degradação da orla costeira e do litoral associados ao assoreamento e a processos erosivos; (vii) o avanço da intrusão salina associada ao fenómeno da subida do nível médio da água do mar e às alterações climáticas no seu conjunto, com a consequente redução das reservas costeiras de água doce subterrânea.

O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II) aponta um conjunto de objetivos operacionais que deverão ser continuados no próximo período de programação. Pese embora a qualificação que vem ocorrendo em termos infraestruturais, alavancada pelos investimentos cofinanciados pelos Fundos Estruturais, os dados mais recentes indicam que a Região do Norte ainda não cumpre as metas definidas no PEAASAR II. O Norte destaca-se, aliás, como a região NUTS II do Continente mais deficitária a este nível (cf. Quadro 1).





Quadro 1 - População Servida por Abastecimento de Água, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais 2006 e 2009

	População servida por sistemas de abastecimento de água (%)		População servida por sistemas de drenagem de águas residuais (%)		População servida por estações de tratamento de águas residuais (%)	
	2006	2009	2006	2009	2006	2009
NORTE	83	92	67	76	64	65
Minho-Lima	85	95	46	55	45	52
Cávado	85	98	66	81	65	68
Ave	61	82	62	58	75	62
Grande Porto	94	98	86	94	79	83
Tâmega	70	80	40	59	35	35
Entre Douro e Vouga	68	91	35	46	25	31
Douro	97	99	82	89	80	86
Alto Trás-os-Montes	96	91	84	83	78	81
Centro	94	96	71	80	65	72
Lisboa	97	100	95	96	83	83
Alentejo	92	95	82	85	73	76
Algarve	92	98	81	88	77	84
Portugal Continental	90	96	77	84	71	74
PEAASAR 2007-2013	9	5	90		-	

(Fonte: INE; [Dados administrativos da base de dados INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) administrada pelo Instituto da Água (INAG, I.P.)] e PEAASAR 2007-2013)

- 30. Em relação ao **abastecimento de água**, a Região do Norte atinge um valor global significativo de cobertura (92%), não cumprindo, contudo, o objetivo expresso no PEAASAR II (95%). Note-se, no entanto, que metade das NUTS III que compõem a Região atinge esse objetivo (Douro, Grande Porto, Cávado e Minho-Lima). No extremo oposto, as sub-regiões do Tâmega e do Ave destacam-se pelos seus baixos níveis de cobertura, rondando os 80% da respetiva população. Apesar do esforço financeiro que tem vindo a ser realizado, não se espera que esta situação se venha a alterar significativamente até ao final da execução do QREN.
- 31. A situação agrava-se no domínio da **drenagem e tratamento de águas residuais**, onde se exige ainda um esforço muito significativo de investimento, tal é ainda a distância da Região do Norte às metas traçadas a nível nacional. Apenas 76% da população se encontra servida por sistemas de drenagem de águas residuais, quando a meta do PEAASAR se fixa em 90%. Quanto à cobertura do tratamento de águas residuais, as carências da Região do Norte face às restantes regiões NUTS II do Continente são ainda mais significativas. Ao nível sub-regional, as NUTS III do





Entre-Douro-e-Vouga, Tâmega, Minho-Lima e Ave destacam-se pelos baixos níveis de cobertura de saneamento básico. Pela positiva, as sub-regiões do Douro e do Grande Porto apresentam valores superiores aos nacionais em relação à drenagem e tratamento de águas residuais, apesar de só o Grande Porto atingir a meta estabelecida no PEAASAR II.

- 32. No que respeita ao **modelo de gestão** e à necessidade de se lhe dar "sustentabilidade", tornando-o mais "justo e equilibrado" e assegurando o cumprimento das recomendações do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), espera-se que, no ano de 2014, venha a ser alcançada a agregação dos atuais sistemas multimunicipais em alta, ficando, ao mesmo tempo, generalizado o recurso à verticalização dos sistemas em alta com os sistemas em baixa. Agregando-se os sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de tratamento de esgotos numa só empresa, estão reunidas as condições para a promoção de um processo de convergência tarifária que garanta: (i) a cobertura dos custos do serviço; (ii) tarifas socialmente aceitáveis, através da compatibilização com as condições socioeconómicas das regiões e das populações servidas, e escalonadas de forma a contribuir para o seu uso eficiente; e (iii) os investimentos futuros necessários para a manutenção de níveis de atendimento com a qualidade exigida.
- 33. As orientações consignadas no Plano Estratégico para os **Resíduos Sólidos Urbanos** II (PERSU II) constituem o referencial para os agentes deste setor no horizonte 2007-2016. Não impondo soluções técnicas específicas, o PERSU II estabelece um conjunto de metas objetivas que os Sistemas plurimunicipais devem cumprir, quer em termos de reciclagem e valorização de resíduos de embalagem, quer em termos de desvio de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) de aterro, quer ainda de reciclagem de papel/cartão não embalagem.

Tendo em consideração os dados de 2009 fornecidos pelos Sistemas de RSU, a recolha seletiva na Região do Norte atinge cerca de 13% do total de resíduos urbanos produzidos: 1,9% de recolha seletiva em ecocentros; 8,6% de recolha multilateral; e 2,7% de recolha de RUB. A valorização orgânica obtida por recolha indiferenciada de RUB atinge cerca de 2,3% do total de RU produzidos. Foram





ultrapassadas as taxas previsionais estabelecidas no Despacho 10287/2009, de 20 de abril, na reciclagem de alguns dos materiais previstos (vidro, papel, ECAL, plástico, aço, alumínio e madeira). Assim, com exceção da Ambisousa, em todos os restantes Sistemas foram ultrapassadas as taxas previsionais respeitantes aos grupos "papel+cartão+ECAL" e "plástico". Desempenhos menos eficientes são os que se referem à reciclagem do "vidro" e, em alguns casos, do "alumínio" e do "aço", nem sempre se atingindo as referias taxas. Por exemplo, é nula a reciclagem de alumínio na Resíduos do Nordeste e na BRAVAL, bem como na reciclagem de aço na Resíduos do Nordeste (cf. Figura 10).

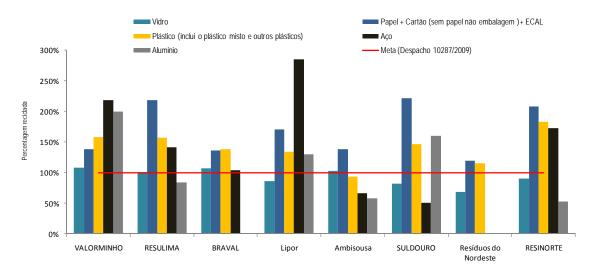


Figura 10 - Reciclagem e valorização de resíduos em 2009

(Fonte: Sistemas de RSU)

Na Região do Norte, encontram-se em exploração treze aterros distribuídos por todos os Sistemas, estando prevista a construção de mais cinco aterros e duas ampliações de aterros existentes. Por outro lado, existem, em fase de exploração, duas estações de valorização e, em fase de construção/início de funcionamento, três outras unidades.

Da avaliação efetuada para a Região do Norte destacam-se os constrangimentos identificados na aplicação das orientações estratégicas do PERSU II, nomeadamente no que respeita: (i) ao cumprimento do Eixo III do PERSU, relativo à promoção da agregação espacial dos atuais sistemas plurimunicipais com base em critérios de eficiência, gerando sinergias e economias de escala; (ii) à elaboração e





implementação de Planos de Ação por sistema de gestão de RSU, devidamente justificados em termos de custos e resultados nos diferentes horizontes temporais, refletindo as melhores opções para atingir os objetivos e as metas definidas a nível nacional; (iii) à procura de soluções definitivas para os resíduos de origem industrial, situação que poderá ser gradualmente ultrapassada com a entrada em funcionamento dos aterros para resíduos industriais na Região do Norte.

A estes constrangimentos deverão também associar-se várias preocupações manifestadas pelos gestores dos Sistemas, abrangendo um leque alargado de aspetos que se estende das questões de sustentabilidade económica ao esforço na garantia do bem-estar das comunidades que servem, passando pela exigência na observação das melhores técnicas disponíveis e das melhores práticas ambientais; preocupações que decorrem da atual crise financeira, que se apresenta como fator de risco, capaz de colocar em causa objetivos económicos, ambientais e sociais.

Território, Cidades e Ruralidade

34. O presente diagnóstico territorial efetua-se a duas escalas: à escala do sistema urbano, em que as cidades constituem nós de uma determinada rede com características e dinâmicas diferenciadas, e à escala urbana ou intraurbana, que toma a cidade como um espaço complexo e heterogéneo em si mesmo, com problemas e evoluções diversificadas.

Na última década, a Região do Norte viu estabilizada a sua população de cerca de 3,7 milhões de habitantes. No entanto, sob esta aparente estabilidade registou-se um processo de recomposição territorial, marcado pelo **reforço acentuado dos fenómenos de urbanização, de litoralização e de metropolitanização.** Uma breve análise das dinâmicas territoriais, a nível demográfico e habitacional, confirma à evidência esta tendência. Os espaços urbanos da Região do Norte, tomando como unidade de análise a freguesia, viram aumentar a sua população em cerca de 3,4% e o seu parque habitacional em 17,5%. Atualmente, as freguesias urbanas concentram, em 11% do território, 69% da população residente. Os restantes





espaços (mediamente urbanos e predominantemente rurais) perderam globalmente população, em particular as áreas rurais (-14%).

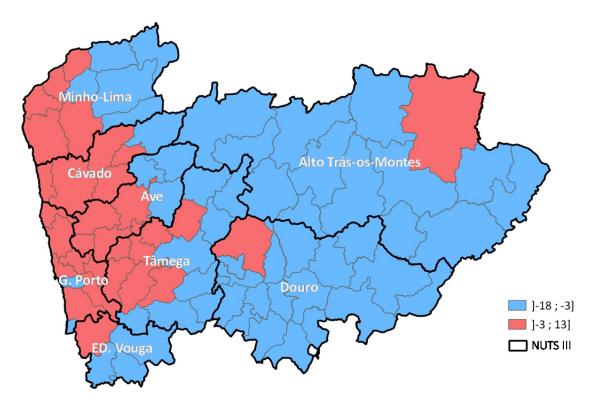


Figura 11 - Variação da população residente 2001-2011

(Fonte: INE, Censos de 2001 e 2011)

A "Região Urbana Metropolitana", segundo a designação do PROT-Norte e correspondendo à região funcional centrada no Porto, viu reforçado o peso das suas freguesias urbanas, não obstante a quebra populacional da cidade central. É o caso dos espaços urbanos do Cávado, do Grande Porto (à exceção da cidade do Porto) e do Tâmega que apresentam um crescimento populacional entre 5 e 9% e um aumento significativo do parque habitacional (de 17 a 21%).

No Interior Norte (NUTS III Douro e Alto Trás-os-Montes), apesar do forte declínio demográfico registado (-18%), as freguesias urbanas conseguiram assegurar um crescimento populacional (+8%) e habitacional (+24%) muito significativo, que espelha a tendência de urbanização já referida.

A par deste fenómeno de concentração urbana, que abarca toda a Região do Norte, é de destacar que esta polarização tende a incidir, com maior intensidade, nas





freguesias mais densamente povoadas, ou seja, assistiu-se na última década à densificação dos espaços urbanos.

- 35. Esta dinâmica territorial, em termos de **mobilidade residencial** por parte das famílias, é mais notória no litoral, e em particular no Grande Porto, fruto da perda populacional da cidade central, do que no interior. Num período de 5 anos (entre finais de 2005 e princípios de 2011), cerca de 1 em cada 5 habitantes³ na Região do Norte mudou de residência. Nas freguesias urbanas esta mobilidade é mais acentuada, atingindo 24% da população. Se bem que muitos destes movimentos se processem na mesma freguesia, é de registar, no caso das freguesias urbanas, que 15% da população vivia em 2005 noutras freguesias: ou do mesmo município (7,4%), ou noutros municípios (6,1%) ou residiam no estrangeiro (1,4%). Esta mobilidade residencial, que indicia uma melhoria do conforto habitacional das famílias, tem significado, atendendo a que ocorre num período de menor dinamismo do mercado habitacional e conhecidas que são as restrições resultantes do elevado peso da habitação própria em Portugal.
- 36. O forte **crescimento do parque habitacional** na Região do Norte ocorrido na década passada (+15%), com maior expressão nas freguesias urbanas, ultrapassou largamente o aumento das famílias (+9,9%). Apesar de ter correspondido, em parte, à maior procura de residências secundárias, significou também um aumento dos alojamentos vagos, que representavam 11% da capacidade de alojamento existente em 2011, ou seja, 202 mil fogos. Este volume de habitações poderá ser encarado como um ativo que deverá ser mobilizado para se assegurar uma melhoria das condições de habitação e a dinamização do mercado de arrendamento.
- 37. A par destes traços gerais de caracterização da Região do Norte no que respeita à estruturação territorial e às dinâmicas demográficas recentes, importa compreender alguns pontos centrais das interações existentes em termos dos fluxos de pessoas por motivo de trabalho ou de ensino. Trata-se de uma aproximação aos aspetos que marcam o "funcionamento" desta região enquanto território de atividade económica e de prestação de serviços, neste caso concreto

-

³ O que totaliza 763 mil pessoas que mudaram de residência.



de educação. A informação disponível, respeitante a 2011, permite unicamente traçar um quadro muito geral das interações existentes à escala do município.

A principal nota a reter prende-se com a importância do Porto como grande polo de atração a nível regional. O fluxo de entradas diárias na cidade do Porto por motivo de trabalho ou de ensino ultrapassa as 170 mil pessoas, sendo o balanço entre "entradas e saídas" superior a 140 mil. O efeito sombra projetado pelo Porto sobre a aglomeração metropolitana faz com que os restantes municípios que apresentam um saldo entre "entradas e saídas" positivo e com alguma expressão se circunscrevam a S. João da Madeira (por motivos de trabalho), Braga (fundamentalmente por motivos de ensino), ambos os municípios com um saldo da ordem das 8.000 pessoas, a que se seguem Vila Real e Bragança, com, respetivamente, 5.000 e 3.200 pessoas. Outros municípios têm igualmente forte capacidade de atração de trabalhadores e estudantes residentes em outros concelhos. É o caso dos municípios da Maia, Matosinhos e Vila Nova de Gaia, no Grande Porto, e de Guimarães e Vila Nova de Famalicão, no Ave, que atraem mais de 15 mil pessoas/dia, essencialmente por motivo de trabalho.

38. A Visão inscrita no PROT-N, que está em conformidade com as dinâmicas territoriais recentes, recomenda a **estruturação da Região do Norte num sistema urbano policêntrico** que projete, a nível nacional e internacional, a aglomeração metropolitana do Porto e o sistema principal de infraestruturas de suporte e que, simultaneamente, potencie uma rede de cidades e de outros centros urbanos estruturantes, em combinações de geometria variável e com vocações que melhor respondam aos objetivos de competitividade e de coesão territorial.

Ainda a esta escala, importa referir que a Região do Norte, através do seu Programa Operacional, apoiou um conjunto de projetos de afirmação e articulação territorial dos principais eixos urbanos e sistemas de cidades, através do instrumento de Politica de Cidades respeitante às Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (RUCI), num total de cinco Redes Urbanas. Todavia, existe ainda um caminho crítico que necessita de ser amadurecido no que respeita à implementação deste tipo de





instrumentos, dada a incipiente cultura de articulação territorial e funcional entre os diferentes territórios.

39. Numa análise à escala intraurbana, o território da Região do Norte, no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU), incluídas na Politica de Cidades, foi alvo de um forte impulso de qualificação urbana. Importa refletir sobre os seus vetores de orientação deste instrumento, designadamente o princípio do partenariado entre atores urbanos, sendo que, não obstante terem-se verificado importantes melhorias nos domínios da qualificação urbanística e ambiental, da rede de equipamentos e da qualidade de vida urbana, as parcerias estabelecidas no âmbito dos planos de ação revelaram-se, em alguns casos, pouco robustas, traduzindo-se, por vezes, numa articulação desequilibrada entre investimentos de natureza infraestrutural e imaterial.

Refira-se, igualmente, o grande desafio que se coloca ao nível do edificado e que tem vindo a assumir uma maior expressão face à forte dinâmica habitacional registada, caraterizada pela primazia conferida à venda em regime de casa própria, com as consequências daí resultantes. Cada vez mais, ter-se-á de apostar na reabilitação urbana, com todas as implicações em termos de valorização dos ativos e como meio para a prossecução de um desenvolvimento urbano sustentável.

40. Mas a abordagem do território não pode nem deve circunscrever-se às questões urbanas. Relevam, também, as questões associadas à ruralidade e à ocupação dos espaços agroflorestais.

Na última década e meia, aprofundou-se a dualidade estrutural que tem vindo a marcar a atividade agro-florestal na Região do Norte. Face ao decréscimo dos preços à produção, registou-se, em certos sectores e em áreas territoriais bem delimitadas, um processo de intensificação produtiva, de especialização cultural e de diferenciação e posicionamento dos agentes económicos mais a jusante da cadeia de valor. Este ajustamento tecnológico e estrutural traduziu-se, em sectores como a pecuária de leite e a vitivinicultura, mas também na hortofloricultura e na fruticultura, num acréscimo da produção em volume e, sobretudo, em valor. Os acréscimos de produtividade do solo e as dinâmicas de integração horizontal e





vertical transformaram estes sectores da Região do Norte em alguns dos segmentos mais competitivos da economia agrária nacional. Nalgumas situações (sobretudo na vitivinicultura), foram desenvolvidas, nuns casos, e aprofundadas, noutros, estratégias de internacionalização bem-sucedidas.

Noutras áreas territoriais e sectores, verificou-se, pelo contrário, uma extensificação produtiva muito significativa com redução da produção em volume e valor. Num primeiro momento, este processo foi marcado pela diminuição da área agrícola e pelo aumento dos incultos, mas, tudo somado, com um crescimento líquido da superfície florestal. Um pouco mais tarde, a floresta deixou de progredir espacialmente e a redução da superfície agrícola teve como consequência o acréscimo das áreas abandonadas. Em termos globais, predominou a extensificação, com a redução da produção regional em volume e em valor⁴.

Esta dualidade tem consequências em termos territoriais. Nas áreas onde se registaram maiores níveis de intensificação (sobretudo no caso da pecuária de leite e da hortofloricultura em regime de forçagem, em particular em zonas periurbanas e, de forma mais vincada, na zona de expansão a norte da Área Metropolitana do Porto), regista-se uma concorrência acrescida no uso dos solos. Nas outras, o êxodo agrícola e rural põe cada vez mais em causa a reprodução do capital natural e social das zonas com menores níveis de densidade populacional.

41. Assim sendo, qualquer objetivo de política de desenvolvimento rural para a Região do Norte deve assentar na necessidade de se expandir a **ocupação sustentável dos seus territórios rurais e de mais baixa densidade**. Mas uma política com este objetivo não pode passar exclusivamente pelo incentivo às atividades agro-silvo-pastoris. Os territórios rurais têm hoje muitos outros usos económicos e sociais, visto que a sua sustentabilidade passa muito pela valorização económica desses usos, tendo o turismo um papel essencial, nas suas múltiplas vertentes – lazer, caça, pesca, etc. Esta sustentabilidade depende sempre da capacidade de apropriação das externalidades positivas e dos bens públicos produzidos.

_



⁴ Estimativas realizadas a partir do ramo da "Agricultura, produção animal, silvicultura, caça e pesca" das Contas Regionais.



Os espaços rurais e de baixa densidade da Região do Norte são detentores de um importante património (paisagístico, histórico, cultural ou natural)⁵ que importa preservar, promover e valorizar, sabendo-se que o êxodo populacional destas zonas contribui para a destruição do capital social necessário à mobilização produtiva desse património. Enfim, os recursos endógenos que essas zonas foram, apesar de tudo, capazes de preservar ao longo do tempo dispõem hoje de mercado muito importante e, por esse facto, constituem o seu principal ativo em matéria de desenvolvimento. Será através da mobilização desses mesmos recursos que, cada vez mais, se tornará possível ocupar as populações em atividades crescentemente mais qualificadas, o que evitará ou pelo menos atenuará os constantes fluxos migratórios que marcaram as gerações precedentes.

Em síntese, a preservação dos recursos e produtos endógenos gerará a oportunidade da sua valorização e rentabilização, em mercados que têm por eles uma apetência crescente, implicando uma maior ocupação das populações locais em atividades mais qualificadas e com níveis de rendimento acrescidos, o que evitará, por sua vez, o aprofundamento do processo de despovoamento. A fixação da população, por fim, não deixará de contribuir para a continuação de todo este processo de preservação dos recursos endógenos.

42. Só que este círculo virtuoso pressupõe também uma **abordagem das políticas de desenvolvimento rural pelo lado do mercado** e, assim, pela promoção do crescimento da produção de bens e serviços transacionáveis. Desenvolvimento rural é, nesta abordagem, uma forma de organização do mercado que pretende, sobretudo, posicionar os agricultores e os agentes rurais mais próximos dos consumidores e, por isso, numa fase mais avançada da cadeia de valor. Pretende-se vender territórios, passando da comercialização em sentido estrito dos produtos aos serviços que lhe estão associados. Por isso, é importante a promoção da atividade turística (TER, Turismo Natureza, etc.) nestes territórios, porquanto esse

-

⁵ Cerca de ¼ do território regional corresponde a áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade que englobam o único Parque Nacional, quatro Parques Naturais, várias Paisagens Protegidas de interesse nacional e local, 19 Sítios de Interesse Comunitário (SIC) e seis Zonas de Proteção Especial (ZPE) integradas na Rede Natura 2000. A estas acrescem as áreas inscritas na lista do Património Mundial – o Alto Douro Vinhateiro e Parque Arqueológico do Côa. Os territórios rurais e de baixa densidade integram o essencial deste património.





turismo traz pessoas ao meio rural que geram novos ciclos de consumo, rendimento, poupança e investimento. As políticas de desenvolvimento rural deverão gerar este círculo virtuoso, fundamental para a consolidação da rede de pequenos centros urbanos do interior e dos territórios de mais baixa densidade.

Conectividades

- 43. A Região do Norte carateriza-se por uma forte vocação exportadora e, neste contexto, a melhoria do seu posicionamento nas cadeias logísticas globais obriga a que se ultrapassem os estrangulamentos que afetam algumas das suas acessibilidades internas, bem como as que asseguram a conexão internacional, limitando a sua competitividade territorial e, em particular, penalizando a mobilidade de pessoas e bens, a fiabilidade dos processos logísticos, as comunicações e serviços eletrónicos ou o abastecimento energético. Importa, pois, consolidar as principais plataformas de transporte e as logísticas essenciais à inserção internacional da Região do Norte e do seu arco metropolitano, designadamente:
 - no porto de Leixões, com a sua vocação claramente multivalências, e o seu posicionamento enquanto rótula logística, responsável pelo escoamento de 25% das exportações nacionais, impõe-se nomeadamente: (i) a concretização de um novo terminal de contentores (segmento que em 2012 teve um crescimento de 23%, atingindo 90% da capacidade instalada); (ii) a conclusão da nova plataforma logística, na envolvente portuária, que permitirá o reordenamento das atividades logísticas de maior proximidade, bem como a atração de novas atividades de valor acrescentado; e (iii) a manutenção da recente aposta de sucesso no mercado de cruzeiros com conclusão do novo edifício terminal (segmento com um crescimento superior a 80% em 2012);
 - no aeroporto Francisco Sá Carneiro, que atingiu uma posição de liderança no Noroeste Peninsular, com uma quota superior a 60% nos passageiros e superior a 90% na carga aérea, não deverá deixar de se rentabilizar a substancial capacidade disponível que a infraestrutura ainda regista, procurando,





nomeadamente, (i) consolidar a oferta atualmente disponibilizada (número e frequência das ligações) e captar novas ligações no segmento de média distância; (ii) fomentar o reforço dos mercados extra europeus; e (iii) potenciar as excelentes condições oferecidas pelo seu centro de carga aérea, que, em 2012, testemunhou já um crescimento único no contexto nacional;

- nos corredores rodoferroviários Lisboa/Porto-Vigo e Lisboa/Porto-Valladolid, que integram a nova Rede Transeuropeia de Transportes e asseguram cerca de 62% das exportações nacionais, torna-se essencial (i) a promoção da sua integração plena no espaço ferroviário europeu, o que se traduzirá numa melhoria das atuais condições de operação, na garantia de plena interoperabilidade e, consequentemente, na criação de condições para que o modo ferroviário possa concorrer com o rodoviário nas ligações de média distância (o que, no imediato, poderá passar pela já calendarizada melhoria da atual ligação ferroviária Porto - Vigo); e (ii) a melhoria da articulação com os principais nós do subsistema logístico regional, nomeadamente, o porto de Leixões e futuro centro intermodal de Guifões, o centro de carga aérea do AFSC, o interface rodoferroviário de Tadim, o porto de Viana do Castelo e a futura plataforma de Valença, não apenas na vertente das infraestruturas rodoferroviárias como ao nível da respetiva infoestrutura, no âmbito da qual a Janela Única Logística constitui uma iniciativa estruturante de cooperação entre os diversos agentes.
- 44. Em particular, deverá existir uma resposta pública de incentivo ao acelerado processo de integração ibérica, no qual a expressão territorial mais significativa se regista entre as regiões do Norte de Portugal e da Galiza sublinhe-se, a título de exemplo, que no respeitante ao transporte rodoviário transfronteiriço por veículos pesados de mercadorias (a maior quota), as regiões do Norte e Centro, em conjunto, são origem e destino de mais de 2/3 das operações e que, pese embora a debilidade da atual ligação ferroviária, já hoje cerca de metade das deslocações entre os dois países se efetua através da fronteira entre a Região do Norte e a Galiza. Ainda neste contexto, deverá ser dedicada particular atenção à valorização do potencial dos territórios transfronteiriços, enquanto palcos para o incremento





de novas relações de complementaridade funcional, em domínios como a organização logística e a articulação multimodal de transportes, a prestação de serviços territoriais de proximidade ou a gestão partilhada de áreas classificadas (como são os casos de Valença – Tui/As Neves e Chaves – Verin, de Bragança – Puebla de Sanabria ou de Peso da Régua - Vega Terrón).

- 45. Mas a competitividade internacional do território regional joga-se também no reforço da conetividade interna da sua rede urbana, que, tendo presente o seu significativo contributo para as metas de desenvolvimento sustentável, deverá ser acompanhado de uma melhoria geral do desempenho energético e ambiental e da segurança das redes viárias. A concretização destes objetivos depende, nomeadamente, de uma adequada hierarquia das infraestruturas viárias e respetiva rede nodal de centros intermodais e de um reequilíbrio da distribuição modal do fluxo de mercadorias e mobilidade dos cidadãos, o que, na Região do Norte, se traduz: (i) na aposta na valorização da rede ferroviária convencional, em especial, prosseguindo a eletrificação das linhas do Minho e do Douro, integrando neste domínio ferroviário as cidades de Viana do Castelo e do Peso da Régua e servindo, no segundo caso, o eixo Lamego - Vila Real; (ii) na concretização de algumas ligações rodoviárias de coesão territorial que garantam a inclusão de todos os centros estruturantes na rede urbana; (iii) na eliminação de alguns pontos de congestionamento ou estrangulamento, designadamente, em intercessões viárias, obras de arte ou no acesso aos principais polos de atividade económica ou de geração de tráfego onde se enquadram, nomeadamente, a atual travessia do Marão ou o acesso ao Porto de Viana do Castelo; (iv) na requalificação da rede interurbana de interfaces multimodais, promovendo um reforço da sua articulação com as redes de transportes públicos urbanos; (v) na consolidação da rede de aeródromos e heliportos da Região do Norte; (vi) no tratamento de pontos de acumulação de acidentes rodoviários.
- 46. Este reforço da conetividade interna implica também que se confira uma maior sustentabilidade aos **territórios de baixa densidade**, onde devem ser reforçadas soluções de transporte específicas (integrando a oferta de transporte escolar na rede de transporte público regular, táxis coletivos, 'transporte a pedido') que





contrariem fenómenos de dispersão e desaparecimento da oferta, assegurando uma melhoria da articulação e da integração territorial do conjunto de políticas públicas dirigidas aos cidadãos e às empresas, em torno de objetivos como: (i) a melhoria da acessibilidade aos serviços territoriais de proximidade (educação, saúde, apoio social, desporto, cultura, etc.); (ii) o incremento da mobilidade dos cidadãos; (iii) um reequilíbrio da procura, conferindo maior expressão aos modos ambientalmente menos agressivos, nomeadamente com incremento do transporte público.

47. Ao longo da primeira metade da última década, na Região do Norte, o sistema de mobilidade em meio urbano beneficiou de significativos progressos, decorrentes, designadamente, da implementação do sistema de metro ligeiro de superfície na área metropolitana do Porto, da sua progressiva integração com os serviços rodoviários e da modernização do conjunto de serviços ferroviários suburbanos no arco metropolitano. Ainda assim, o sistema continua a ser caracterizado por uma excessiva quota do transporte individual, que terá mesmo sido significativamente agravada ao longo dos últimos dez anos (nos movimentos pendulares, de 45% para 61.6%), e por uma deficiente organização de serviços de micrologística de abastecimento e de distribuição de mercadorias. Estes fatores são determinantes para um insuficiente desempenho global, não apenas em termos de eficiência energética e ambiental mas também nos planos da qualidade do serviço, da geração de custos externos e da fiabilidade, com implicações negativas ao nível da competitividade das cidades, das suas empresas e, por último, provocando uma redução da qualidade de vida das populações e do rendimento disponível das famílias.

A convergência com os objetivos ambientais e energéticos da estratégia de desenvolvimento regional, implica, assim, a prioridade na adoção de medidas que visem contrariar e inverter esta tendência, podendo tal processo passar pela implementação de um conjunto de medidas, entre as quais se destacam: (i) a reconfiguração de serviços de transporte público existentes; (ii) iniciativas de promoção e divulgação da oferta disponível; (iii) intervenções urbanísticas que visem o reperfilamento viário e a libertação de espaço canal em favor de modos





mais sustentáveis; (iv) a gestão da oferta de estacionamento e da circulação urbana; (v) uma melhor articulação entre as políticas públicas de ordenamento do território e a mobilidade. Será, no entanto, fundamental garantir a integração e a articulação deste conjunto de medidas, que se deverão consubstanciar na definição de planos de mobilidade urbana sustentável.

- 48. A aceleração do processo de consolidação de um espaço único europeu de transportes coloca no futuro próximo importantes desafios não apenas aos operadores e gestores de infraestruturas mas também aos diversos níveis da administração responsáveis pela regulação técnica e económica dos diversos subsetores. Assim, definidas as diversas 'bacias de mobilidade' regionais, importa reforçar as condições de **integração modal e territorial de políticas públicas setoriais**, incluindo: (i) a fase de planeamento integrado das redes de infraestruturas e serviços de transporte; (ii) a programação multimodal de investimentos essenciais; (iii) a definição e a contratualização do serviço público a disponibilizar. A persecução destes objetivos passará por um reforço de capacitação institucional, devendo ser acompanhado de medidas de promoção da competitividade setorial que, nomeadamente: (i) favoreçam uma maior participação nas redes europeias de investigação; (ii) facilitem a transferência tecnológica; (iii) estimulem a recapitalização dos agentes regionais; (iv) reforcem a sustentabilidade ambiental e energética dos operadores regionais.
- 49. A melhoria do acesso às **Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)**, bem como a sua utilização e qualidade, corresponde a um dos objetivos temáticos estabelecidos pela União Europeia para orientar a programação de fundos no período 2014-2020. Por outro lado, a "Agenda Digital para a Europa" constitui uma das sete iniciativas emblemáticas da estratégia Europa 2020, visando a promoção de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Assim, trata-se de uma dimensão importante a ter em conta no diagnóstico prospetivo regional.





O quadro seguinte retrata a situação da Região do Norte face a uma seleção de indicadores associados à "Agenda Digital para a Europa" (ADE)⁶.

Quadro 2- Indicadores associados à Agenda Digital para a Europa

	Norte	Portugal	UE27	Metas ADE
Cobertura de banda larga básica (2011)	98,5-99,4% (e)	99,5%	94,6%	100% (2013)
Cobertura de banda larga de nova geração (2011)	53-70% (e)	75%	48%	100% (2020)
Penetração de banda larga nos agregados domésticos (2012)	56%	60%	73%	-
Indivíduos que utilizam a Internet de forma regular (2011)	46%	51%	68%	75% (2015)
Indivíduos que realizaram compras em linha nos últimos 12 meses (2011)	15%	18%	43%	50% (2015)
Indivíduos que nunca utilizaram a Internet (2012)	-	34%	22%	15% (2015)
Indivíduos que interagiram com a administração pública através da Internet nos últimos 12 meses (2012)	-	39%	44%	50% (2015)
Empresas que efetuaram vendas em linha (2012)	-	14%	14%	33% (2015)

⁽e) Intervalo de valores estimado a partir dos dados do relatório "Broadband Coverage in Europe in 2011" (Comissão Europeia, 2012)

Fonte: Eurostat (Information Society Statistics), INE (Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias) e Comissão Europeia (Broadband Coverage in Europe in 2011).

50. A cobertura de banda larga básica (que permite acessos à Internet a, pelo menos, 2 Mbit/s) na Região do Norte em 2011 era já muito próximo da cobertura universal visada pela União Europeia para 2013. Registe-se, contudo, a existência de algumas povoações sem qualquer serviço de banda larga, localizadas, de um modo geral, em espaços rurais e montanhosos.

A cobertura de banda larga de nova geração (pelo menos 30 Mbit/s) ao nível da região é bastante elevada no contexto europeu, mas apresenta significativas disparidades intrarregionais. Nos territórios de menor densidade populacional, nomeadamente, nas NUTS III Douro, Trás-os-Montes, Minho-Lima e Tâmega, a cobertura deste tipo de serviço não ultrapassa os 35%. Com exceção das NUTS III Grande Porto e Entre-Douro-e-Vouga, os territórios sub-regionais do Norte apresentam valores ainda muito distantes da cobertura global de 100% apontada pela União Europeia para 2020.

⁶ Em Portugal regista-se uma falta de indicadores sobre TIC com uma desagregação geográfica que permita aferir o desempenho da Região do Norte face a várias das metas da Agenda Digital para a Europa.







51. Quanto à penetração da banda larga, e à **utilização da Internet** por parte dos cidadãos, a Região do Norte destaca-se pela negativa, tanto no contexto nacional como europeu. Menos de metade da população do Norte utiliza a Internet de forma regular (pelo menos uma vez por semana). Este valor representa um grande desafio para a região face às metas estabelecidas a nível europeu para 2015. O mesmo se aplica à utilização do comércio eletrónico por parte dos cidadãos, um domínio central da Agenda Digital para a Europa, para o qual a Região do Norte apresenta valores ainda claramente deficitários.

Curiosamente, a proporção de empresas portuguesas que recorrem à Internet para efetuar vendas é idêntico ao valor médio registado na UE27 (14%), o que, à partida, indiciará maiores fragilidades do lado da procura do que do lado da oferta de serviços de comércio eletrónico. Note-se, contudo, a ambiciosa meta estabelecida a este nível para a União Europeia, segundo a qual, em 2015, um terço das empresas deverá efetuar vendas através da Internet.

52. A disponibilização de serviços públicos em linha assume uma particular relevância neste domínio. Embora Portugal se encontre entre os países que, no espaço comunitário, lideram a este nível, a oferta de serviços de natureza regional e local caracteriza-se ainda por uma reduzida visibilidade. Por um lado, regista-se uma acentuada heterogeneidade do grau de desenvolvimento da administração eletrónica de nível municipal, que se traduz em desigualdades no acesso a serviços públicos digitais entre cidadãos de diferentes municípios. Por outro lado, destaca-se uma ainda insuficiente dinâmica de colaboração entre as autarquias locais da região na provisão de serviços aos cidadãos e às empresas. A Agenda Digital para a Europa antevê que, em 2015, metade dos cidadãos interaja com as administrações públicas através da Internet, um valor superior em 11 pontos percentuais ao registado em Portugal em 2012.

4. Norte 2020 – Crescimento Inclusivo

Nesta dimensão são consideradas três áreas: (i) Educação e Formação, (ii) Emprego e Empregabilidade e (iii) Inclusão Social e Territorial.





Educação e Formação

53. Na última década, Portugal acelerou o ritmo de **melhoria dos resultados em educação**, sobretudo entre os mais jovens. Em boa parte dos indicadores, o progresso na Região do Norte e nos seus subespaços é superior à média do progresso nas outras regiões, contribuindo decisivamente para a melhoria dos resultados no país. Apesar da redução das disparidades inter-regionais (NUTS II) e intrarregionais (NUTS III da Região do Norte), há espaços, como a NUTS III Tâmega, que continuam a apresentar os resultados mais problemáticos, em especial nos níveis de formação mais elevados.

Assim, foram dados passos importantes na redução das ameaças que decorrem do constrangimento estrutural que é o défice de qualificações, pelo que, do ponto de vista da formação e da qualificação das pessoas, a Região do Norte tem hoje melhores bases para construir o seu futuro. No entanto, ainda há muito caminho a percorrer, seja porque a Região está aquém dos valores de escolarização pretendidos nos grupos etários mais jovens, seja porque permanece o lastro assimétrico de dezenas de anos de insuficiente investimento em educação.

Em 2011, todas as NUTS II do Continente e todas as NUTS III da Região do Norte apresentam um valor superior a 90% na taxa de escolarização da população de 15-17 anos, pelo que o objetivo da nova escolaridade obrigatória se afigura realizável, mesmo se muito exigente. O impacto positivo do investimento na educação, em múltiplas dimensões, também é bem patente na melhoria generalizada da conclusão dos ciclos de estudo na população mais jovem. Na conclusão do 9º ano, os valores são superiores a 85% (entre 20 e 29 anos); na conclusão do ensino secundário, estão próximos dos 60% (entre 20 e 29 anos); finalmente, quase 30% da população entre os 25 e os 34 anos de idade concluiu o ensino superior (INE, Censos 2011).

54. Quanto à saída precoce da escola sem conclusão do ensino secundário no grupo etário de 18-24 anos, a Região do Norte consegue uma melhoria notável (-30 p.p. entre 2001 e 2012), apresentando agora um resultado (21, 0%) próximo da média





nacional (20,8%). A meta de um valor de saída precoce da escola inferior a 10% é muito exigente, mas alcançável, caso se mantenha o ritmo de melhoria.

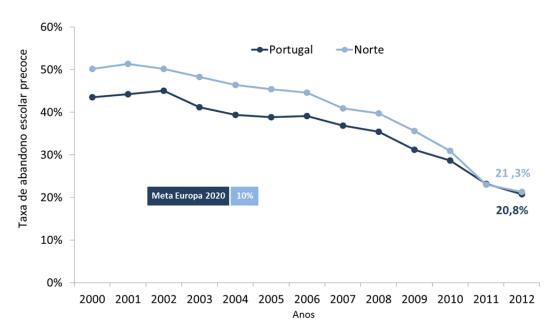


Figura 12 – Saída precoce da escola no grupo etário de 18-24 anos (Fonte: INE, Estatísticas do emprego)

55. Quanto à conclusão do ensino superior no grupo etário de 30-34 anos, os valores duplicaram na última década em Portugal, de 14,2% para 27,2%, e mais que duplicaram na Região do Norte, de 11,0% para 28,7%. Seria possível atingir em 2020 uma média nacional de 40% se se mantivesse o ritmo de crescimento, tanto no país como na Região. No entanto, verifica-se um abrandamento no crescimento da frequência do ensino superior e novas dificuldades advêm do contexto económico e social, pelo que será muito difícil alcançar a meta no grupo etário que, em 2013, tem 23-27 anos.





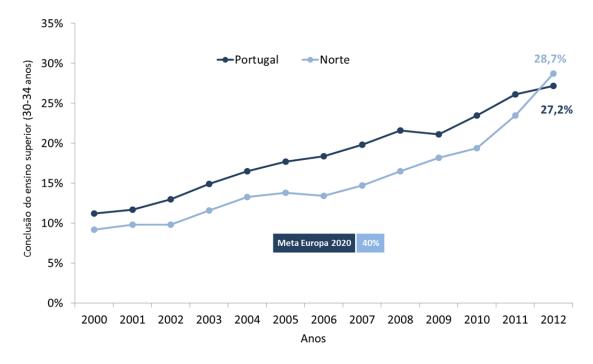


Figura 13 - Conclusão do ensino superior no grupo etário de 30-34 anos (Fonte: INE, Estatísticas do emprego)

- 56. Por fim, identificam-se áreas prioritárias para uma política educativa que promova o desenvolvimento económico e a equidade social e territorial, assegurando a continuidade do investimento na melhoria em educação e o cumprimento das metas estabelecidas:
 - acessibilidade de todos à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário, o que implica uma rede escolar bem planeada e infraestruturas adequadas, transportes apropriados, condições de integração das pessoas com necessidades educativas especiais e acesso a refeições, com destaque para a intervenção municipal e intermunicipal;
 - diversidade de oferta formativa no nível secundário, com reforço da orientação escolar e profissional;
 - valorização do ensino superior como agente de desenvolvimento do país e das suas regiões, com uma reestruturação da rede que promova a concertação e os efeitos de escala, sem descurar a importância das instituições do ensino superior no equilíbrio entre cidades e territórios, e com diversificação das formas de acesso e de frequência;





- alargamento da ação social escolar em todos os níveis de ensino, tendo em vista a promoção de condições dignas de frequência da escola para todos;
- formação ao longo da vida, com recurso a dispositivos de reconhecimento de qualificações e competências e a valorização das modalidades de dupla certificação;
- valorização da dimensão profissional da educação e da formação e da relação com as necessidades do mercado de trabalho;
- fomento da dimensão internacional, em vertentes como o incremento da aprendizagem das línguas, os intercâmbios, os estágios e a formação no estrangeiro;
- valorização das instâncias de cooperação dos agentes que intervêm na educação e na formação a nível local e sub-regional;
- aperfeiçoamento dos dispositivos de monitorização e de avaliação das organizações e das medidas de política.

Emprego e Empregabilidade

57. Na viragem do milénio, a Região do Norte vivia uma situação confortável do ponto de vista do **mercado de trabalho**, porquanto, entre 1998 e 2001, a população empregada cresceu ao ritmo médio de 1,9% ao ano e, em 2001, a taxa de desemprego era de 3,7% e a taxa de emprego dos 20 aos 64 anos era de 73,6%. Nos anos 2002 e 2003, esta região NUTS II conheceu uma recessão que provocou a destruição de cerca de 31 mil empregos, em termos líquidos. Ainda assim, de 2004 a 2006 e também em 2008, o emprego alcançou um pequeno crescimento, mas sem nunca recuperar as perdas sofridas em 2002 e 2003. Desta forma, em 2008, na Região do Norte, a taxa de emprego dos residentes de 20-64 anos tinha caído para 71,0% e a taxa de desemprego situava-se em 8,7%.





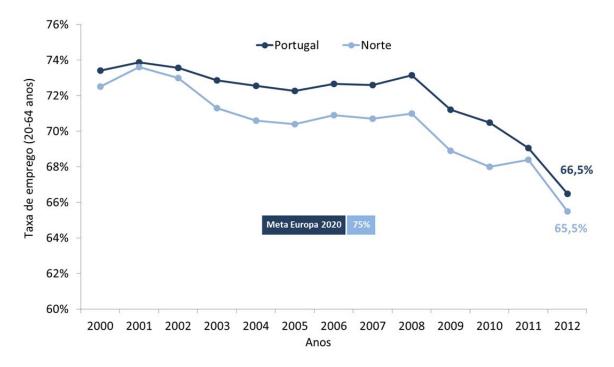


Figura 14 - Taxa de emprego 20-64 anos

(Fonte: INE, Estatísticas do emprego)

Nos últimos quatro anos, as sucessivas crises (da crise financeira internacional à crise das dívidas soberanas, culminando no programa de assistência financeira a Portugal) voltaram a penalizar a economia da Região do Norte, com reflexos no emprego. Entre 2008 e 2012 (valores médios anuais), a Região do Norte sofreu a perda de 157 mil empregos, em termos líquidos. Ao mesmo tempo, a taxa de emprego da população de 20-64 anos recuou para 65,5% e a taxa de desemprego aumentou para 16,1%. Entre os jovens de 15-24 anos, o desemprego atingiu 32,8% em 2012 (média anual). Nos dois anos mais recentes, na Região do Norte, o desemprego cresceu sobretudo entre os homens, pelo que se reduziu a diferença entre as taxas de desemprego masculina (15,3% em 2012) e feminina (17,0%, no mesmo ano).

58. Por outro lado, a remuneração do trabalho na Região do Norte continua abaixo da média nacional, mesmo para níveis de qualificação equivalentes. A escassez do consumo interno condiciona o desempenho das empresas e, portanto, de toda a economia regional. O próprio potencial exportador regional sai prejudicado, uma





vez que muitas das empresas exportadoras dependem também em grande parte do mercado interno.

Neste contexto, o desafio para a política regional deve ser o de **compatibilizar o estímulo à criação de emprego com a continuação do apoio a uma reestruturação do aparelho produtivo** que garanta uma competitividade acrescida, reforçando o carácter industrial e exportador da Região do Norte.

59. O reforço da qualificação da população ativa, envolvendo o sistema educativo e a formação profissional, tem de continuar a ser uma preocupação central, **reforçando** a **empregabilidade** enquanto princípio de interação entre o sistema formador e o sistema produtivo, tendo em vista melhorar a adequação entre a oferta de ensino e de formação e as necessidades, as oportunidades e os riscos que emergem de um diagnóstico prospetivo. Por outro lado, importa que as empresas valorizem a sua dimensão formativa e, sobretudo, aproveitem produtivamente as competências, muitas vezes de elevado perfil, já disponíveis no mercado de trabalho.

Assim, ao nível dos territórios, a promoção da empregabilidade requer um processo de concertação, que deve ser participado pelos principais atores representativos, designadamente órgãos de governação regional e local, da formação, da educação e do emprego, do tecido económico e do sistema de ciência e tecnologia, e deve dar origem a planos de ação para a promoção da empregabilidade em cada subespaço regional. As medidas a incluir nestes planos estão em linha com os objetivos prioritários das políticas nacionais para estas áreas, nomeadamente:

- desenvolver parcerias com empresas e outras entidades com vista à integração de jovens no mercado de trabalho;
- garantir a atratividade e a relevância do ensino e da formação profissional;
- promover a reintegração dos desempregados na vida ativa através da aquisição de competências necessárias para a reconversão profissional.

A eficácia destas medidas à escala regional e intermunicipal será tanto maior quanto maior for a adequação das políticas públicas nacionais para a empregabilidade e das políticas ativas de emprego às especificidades do território.





Inclusão Social e Territorial

- 60. O território da Região do Norte continua a caracterizar-se por fenómenos de segmentação social e económica, mais vincados em **territórios críticos** na área metropolitana e em territórios que registam índices mais elevados de envelhecimento populacional e de baixa densidade, caracterizados por uma concentração multidimensional de problemas e uma forte redução do bem-estar e da qualidade de vida. Nestes territórios, verifica-se uma concentração espacial de: (i) situações de pobreza e exclusão social; (ii) elevadas taxas de desemprego; (iii) situações de marginalidade social; (iv) rarefação da atividade económica; e (v) degradação física do edificado e do ambiente envolvente.
- 61. No contexto do crescimento geral do desemprego, um dos aspetos mais problemáticos diz respeito ao peso do **desemprego de longa duração**. Em 2012, 56,7% dos desempregados na Região do Norte estavam nessa situação há mais de um ano e 35,0% estavam mesmo desempregados há mais de dois anos (valores médios anuais).

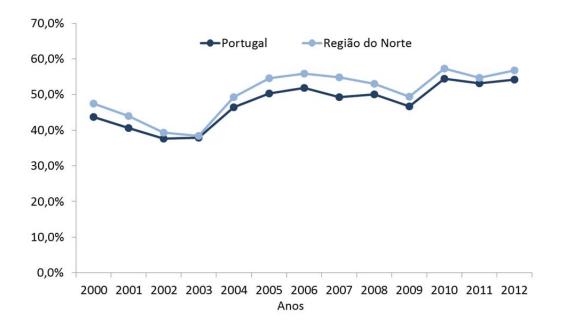


Figura 15 - Proporção de Desempregados de Longa Duração (Fonte: INE)





Em 2011, havia 190.797 beneficiários do rendimento social de inserção na Região do Norte, o que correspondia a 42,5% do total nacional e constituía um indicador do peso de situações de maior vulnerabilidade social.

62. O envelhecimento populacional da Região do Norte acentuou-se na última década. O índice de envelhecimento passou de 79,8 em 2001 para 113,3 em 2011. Esta situação constitui um grande desafio para a organização da sociedade e para a promoção de um envelhecimento ativo, em geral, e para as políticas de coesão social, em especial. A par de problemas de insuficiência de rendimentos, estão situações de múltiplas formas de isolamento e de dificuldade no acesso a serviços, que exigem novas respostas sociais.

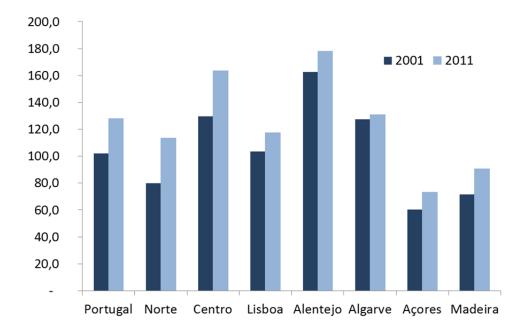


Figura 16 - Índice de Envelhecimento

(Fonte: INE)

63. A resolução destes fenómenos de pobreza persistente e de exclusão social envolve um conjunto de políticas e de programas que incluem o emprego, a ação social, a educação, a saúde, a economia, a habitação, a luta contra dependências e o urbanismo. Ora, perante esta pluralidade de dimensões, e em complementaridade com as políticas nacionais, a intervenção na área social só será eficaz e eficiente mediante uma linha de **intervenção territorializada**, de forma a assegurar a integração e a articulação das políticas referidas, devidamente adaptadas ao





diagnóstico social de um determinado território, que inclua (i) problemas e eixos de intervenção prioritários, (ii) medidas e instrumentos locais e/ou regionais e (iii) critérios de boa governação.

Neste contexto, é de toda a relevância o desenho e a implementação de programas integrados, no domínio das políticas sociais e das políticas de cidade, que promovam a articulação de políticas setoriais, com componentes infraestruturais e de equipamentos, de integração social, de formação de adultos, de promoção da iniciativa económica, etc. Recorde-se, a este propósito, que a Região tem beneficiado de um conjunto de instrumentos territoriais de intervenção integrada, designadamente os Programas de Iniciativa Comunitária URBAN, a Iniciativa "Bairros Críticos" ou os Contratos Locais de Desenvolvimento Social.

64. Por outro lado e tendo em conta a atual conjuntura socioeconómica, o **papel da sociedade civil** na intervenção social assume uma particular relevância, designadamente ao nível das organizações da economia social, ou seja, cooperativas, mutualidades, IPSS, misericórdias, associações de habitantes, associações de voluntariado, associações juvenis e de terceira idade, microcrédito, associações de desenvolvimento local, etc.

As políticas públicas nestas áreas devem ainda potenciar e dinamizar os recursos existentes na comunidade, bem como promover uma capacitação institucional destes atores sociais (dirigentes, técnicos, voluntários), tendo como objetivos a qualificação e a eficácia da intervenção e o robustecimento do setor cooperativo e social.

5. Norte 2020 – Governação e Capacitação Regional

65. No contexto da preparação de um novo ciclo de programação, as questões da **governação regional** são relevantes a dois níveis complementares, que geram efeitos de retroação positivos: por um lado, relevam para efeitos da boa conceção e execução das políticas, por outro, o próprio modelo de gestão das políticas influencia essa governação regional.





Para este efeito não são indiferentes os pressupostos do Acordo de Parceria a negociar entre o Estado Português e a Comissão Europeia para o ciclo de apoio comunitários 2014-2020, estabelecidos pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de Maio, em particular, no ponto onde se afirma que "A territorialização das políticas públicas terá que estar alinhada com a organização territorial do Estado. Portugal percorreu um caminho de afirmação das NUTS II, não apenas como escala de gestão regional dos fundos comunitários, mas também como escala de referência para a gestão desconcentrada das políticas sectoriais, e, mais recentemente, de afirmação das NUTS III como nível privilegiado para as articulações entre governo central e governos locais, bem como para a cooperação intermunicipal e da escala de intervenção dos projetos autárquicos, que se iniciou no QCA III de forma seletiva e prosseguiu no QREN de forma exaustiva, com a generalização a todo o território do Continente de subvenções globais com Associações de Municípios".

Nesse sentido, a territorialização das políticas públicas é encarada cada vez mais como um fator-chave na gestão eficiente dos processos de desenvolvimento económico e social, sendo assumido como um dos mecanismos de maior racionalidade e eficiência na integração de políticas, e, consequentemente de fundos, apresentando um contributo relevante para a prossecução dos vetores prioritários de intervenção da Reforma da Administração Pública previstos na referida RCM, designadamente: (i) melhorias no modelo institucional e organizacional, na definição do modelo mais adequado para a gestão dos fundos comunitários e para a dinamização e/ou prossecução das intervenções cofinanciadas; (ii) definição de um novo modelo de organização espacial, traduzindo-se na (re)definição e (re)organização dos equipamentos e serviços públicos do território; (iii) capacitação institucional e qualificação do capital humano da administração pública, promovendo, por um lado, a valorização de novos modelos organizacionais e reforço da capacidade técnica e de gestão das instituições públicas, e, por outro lado, apoiando a formação e qualificação dos trabalhadores em funções públicas; e (iv) modernização da administração pública, prosseguindo o esforço de modernização, sobretudo tecnológica.





Do ponto de vista da gestão dos Fundos do Quadro Estratégico Europeu, esta reforma pressupõe várias ações.

- 66. Pressupõe o reforço da ligação com os **serviços desconcentrados de nível NUTS II** no quadro da conceção e da execução de um Programa Operacional Regional plurifundos (FEDER e FSE), envolvendo-os, em função das suas competências, na análise de candidaturas e no acompanhamento da sua execução física e financeira. Esta é uma oportunidade para se aprofundar o referido processo de integração horizontal dos serviços periféricos do Estado, racionalizando-se o modelo de desconcentração, tornando-o mais coerente do ponto de vista territorial, e ganhando-se eficiência e eficácia na gestão das políticas públicas.
- 67. Pressupõe, em segundo lugar, o reforço das competências de nível sub-regional, através da execução de planos de ação de âmbito territorial compatíveis com as NUTS III, aproveitando-se, para este efeito, diferentes modelos de parceria previstos na regulamentação comunitária, como o Investimento Territorial Integrado (ITI) e as Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Um modelo deste tipo permitirá valorizar o papel das entidades intermunicipais enquanto entidades com responsabilidades acrescidas na prossecução e na implementação de estratégias de desenvolvimento territorial, em parceria com os diversos parceiros económicos e sociais à escala local e com as suas associações e agências de desenvolvimento, criando-se assim um novo quadro de colaboração institucional visando uma atuação mais integrada, eficiente e eficaz ao nível do apoio ao desenvolvimento económico e social dos territórios.
- 68. Pressupõe, por fim, mais e melhor escrutínio público. É necessário encontrar espaços para a institucionalização do debate e da prestação de contas sobre a execução dos Programas Operacionais Regionais e dos seus ITI. O balanço da execução dos sucessivos períodos de programação, deverá permitir encontrar um modelo de governação que assegure a plena representação dos principais atores e instituições regionais sem que daí resultem conflitos de interesses.
- 69. Emerge, ainda neste tema da governação, um ponto relativo ao problema de escala de intervenção face a um contexto de excessiva fragmentação institucional.





Importa, assim, considerar a questão da capacitação institucional, tendo em vista a organização da ação coletiva nos diferentes campos da vida económica, social e cultural (promovendo, por exemplo, atuações em rede, dinamizando relações intersectoriais e parcerias público-privado e público-público e divulgando e adotando "boas práticas"). Essa organização é indispensável para a promoção do desenvolvimento regional.

6. Análise SWOT

70. A síntese que se apresenta, baseada na análise SWOT, pretende reunir os principais aspetos que caracterizem o atual estado da Região. Expõem-se os **aspetos relevantes do diagnóstico** em quatro quadrantes: os "pontos fortes" e os "pontos fracos", que correspondem à análise do "ambiente interno", entendido neste caso como o conjunto de elementos respeitantes ao contexto regional e que podem ser reforçados ou melhorados através de ações de política especificamente definidas pela e para a Região do Norte; e as "oportunidades" e as "ameaças", que constituem a caracterização do "ambiente externo", ou seja, o conjunto de elementos relacionados com o contexto nacional ou internacional que influenciarão a evolução desta região NUTS II.

As fontes de informação utilizadas para a construção desta matriz resultam não só do diagnóstico efetuado até aqui mas também dos documentos que o procuraram enquadrar, nomeadamente o Programa Regional de Reformas e o Norte 2020 – Iniciativa Competitividade e Convergência.

Pontos Fortes Pontos Fracos

- Evolução muito positiva no esforço tecnológico próprio, traduzido na criação de massa crítica científica relevante em vários domínios.
- Capacidade e qualidade de formação avançada, nomeadamente em Ciências, Engenharia e Matemática (STEM).
- Estrutura económica com uma forte tradição industrial e empreendedora e com uma elevada orientação exportadora.
- Existência de subespaços com diferentes especializações económicas promovendo a diversidade na oferta e procura de trabalho.

- Debilidade do crescimento económico regional e da procura interna.
- Perda de dinamismo económico dos espaços regionais com maior contributo para o produto.
- Elevados níveis de desemprego, em especial da população jovem.
- Excessiva fragmentação e dispersão temática das entidades regionais do Sistema Científico e Tecnológico;
- Défice de articulação das entidades do SCT, traduzido em desalinhamento da capacidade de formação avançada e de I&DT com a economia e em insuficiente





- Reforço da capacidade competitiva das indústrias (ditas) tradicionais decorrente de um longo processo de ajustamento às alterações da envolvente externa (euro, alargamento e globalização);
- Preponderância de alguns dos principais segmentos competitivos do sector agroalimentar nacional (leite e laticínios, vitivinicultura, produção florestal, hortofrutícolas).
- Modelo de desenvolvimento regional cada vez mais apoiado em fatores dinâmicos de competitividade (capital humano, rede de instituições de ciência e tecnologia e cultura de inovação empresarial).
- Diversidade estrutural da economia regional potenciando a especialização inteligente no quadro de um espetro alargado de variedades relacionadas.
- Reforço da competitividade da atividade turística, traduzida no acréscimo da procura e da oferta.
- Existência e abundância de recursos energéticos endógenos em múltiplos campos (energias hídrica, eólica e radiação solar e, complementarmente, produção de biomassa e energia das ondas).
- Região de maior dimensão populacional, com cerca de 38% da população jovem do país e o menor índice de envelhecimento do Continente.
- Vasto património histórico-cultural, arquitetónico, natural e paisagístico, com sinais de excelência conferidos no reconhecimento de 4 Bens como Património da Humanidade pela UNESCO.
- Melhoria do nível de saúde da população, em particular na área da saúde materno-infantil.
- Afirmação crescente das cidades de equilíbrio territorial enquanto nós de polarização dos subespaços afastados da aglomeração metropolitana.
- Dimensão do Porto (cidade-aglomeração) no contexto do noroeste peninsular em termos populacionais, económicos ou infraestruturais.
- Aeroporto Internacional com capacidade de crescimento.
- Alinhamento estratégico do Aeroporto do Porto e do Porto de Leixões com os objetivos regionais e a sua posição de liderança no noroeste peninsular, associado à elevada taxa de concretização da rede de acessibilidades rodoviárias de alta capacidade.
- Progresso acentuado nos índices de pré-escolarização e de escolarização da população jovem.

- investimento empresarial em inovação.
- Insuficiência dos instrumentos de engenharia financeira de suporte à inovação, internacionalização e ao empreendedorismo.
- Atomismo empresarial e reduzido trabalho em rede (networking).
- Pobre e distorcida visibilidade internacional.
- Incapacidade de fixação de visitantes e ausência de uma estratégia de promoção da Região.
- Elevada dependência energética do exterior, agravada por uma produção elétrica baseada, em grande parte, em combustíveis fósseis, associada ao ainda baixo índice de eficiência energética.
- Atendimento público por serviços de saneamento básico (abastecimento de água, águas residuais e resíduos sólidos) ainda deficitário.
- Fraco nível de cooperação institucional e de envolvimento dos atores regionais nos exercícios de planeamento e de desenvolvimento regional.
- Agravamento das disparidades sociais e territoriais em termos de rendimentos disponíveis e de acesso a equipamentos e serviços urbanos.
- Declínio demográfico e económico acentuado do Interior Norte e modelo territorial do Litoral Norte com povoamento disperso e implicações na economia de recursos territoriais e de infraestruturas, equipamentos e serviços.
- Modelo de mobilidade urbana e regional ainda assente no transporte individual.
- Subsistema logístico de reduzida maturidade, em termos de infraestruturas e de serviços.
- Sistema ferroviário com desempenho inadequado nos corredores de ligação internacional bem como nas ligações inter-regionais não confinadas ao arco metropolitano.
- Níveis relativamente reduzidos de acesso e de utilização da internet.
- Reequilíbrio estrutural em curso com destruição de emprego e impactos nos equilíbrios sociais.
- Níveis ainda reduzidos de qualificação na população ativa e nos empresários e elevada saída precoce da escola, face às médias europeias.
- Organização centralizada do sistema educativo, com desajustamento dos currículos e dos programas de formação face aos públicos-alvo e às necessidades do sector produtivo da Região.

Oportunidades

- Movimentos de concentração e de racionalização no Sistema Científico e Tecnológico Regional.
- Tendência de mudança na composição das fontes de financiamento à I&D, com maior participação das empresas, promovendo a criação de um mercado tecnológico.
- Internacionalização do SRI, pela maior participação e | Manutenção de fortes restrições de crédito às

Ameacas

- Prolongamento da instabilidade e macroeconómica internacional e nacional, bem como da recessão.
- Contração da procura interna dos principais mercados a se destina a produção regional, nomeadamente dos países da União Europeia, com consequências na evolução das exportações.





- presença em redes e projetos europeus e pelo aproveitamento de oportunidades de financiamento, nomeadamente no âmbito do Horizon 2020.
- Implementação de uma estratégia de especialização inteligente que promova a concentração de recursos e explore as sinergias intersectoriais na inovação e na construção de vantagens competitivas.
- Crescimento do turismo internacional nos próximos 20 anos, de acordo com as previsões da OMT.
- Potencial ainda pouco explorado de internacionalização das PME da Região do Norte.
- Capacidade das empresas da Região do Norte para explorarem mercados emergentes em países extra-UE que mantêm forte crescimento económico.
- Novas políticas europeias na valorização dos recursos marinhos, da orla costeira e da atividade portuária.
- Potencial de mobilização produtiva do património paisagístico, cultural e ambientas dos espaços rurais e de baixa densidade.
- Contexto favorável em termos de uma política urbana europeia muito direcionada para a promoção e o apoio eficaz a estratégias de desenvolvimento urbano sustentável.
- Importância crescente atribuída à reabilitação urbana enquanto vetor central da política de desenvolvimento urbano sustentável.
- Políticas europeias de reforço do policentrismo, que estimulam a organização em rede das cidades e da Região e a aposta em especializações funcionais.
- Prioridade atribuída, no quadro das políticas públicas nacionais e comunitárias, ao reforço da sustentabilidade energética e ambiental dos sistemas de mobilidade e transportes.
- Incorporação de uma componente territorial nas políticas ativas de emprego, envolvendo e comprometendo entidades locais na sua definição e aplicação.
- Valorização das políticas de educação e de formação no quadro da Estratégia Europeia 2020 e correspondente afetação de recursos.

- empresas e das insuficiências no capital de risco.
- Agravamento dos custos de contexto, nomeadamente na energia.
- Dificuldade crescente de fixação na Região de recursos humanos qualificados, em especial de população jovem com formação superior.
- Dificuldade de inverter a descida do nível de emprego da população em idade ativa.
- Transferência de centros de decisão para fora da Região, particularmente pelas grandes empresas ou grupos económicos (públicos ou privados).
- Perda de rotas e companhias aéreas com ligação ao Aeroporto Francisco Sá Caneiro.
- Atraso na implementação de uma gestão criteriosa dos recursos hídricos em resposta às alterações climáticas e aos seus impactes nos utilizadores da água e nos ecossistemas aquáticos.
- Implicações na sustentabilidade do espaço metropolitano da redução do investimento público no domínio da mobilidade.
- Desvalorização da dimensão territorial/regional enquanto matriz integradora das políticas setoriais.
- Indefinição na programação de plataformas logísticas e de eixos/infraestruturas de transporte rodo e ferroviárias, essenciais ao reforço da integração regional no espaço único europeu.
- Menor disponibilidade das famílias, das empresas e das instituições públicas para investirem na educação/formação, especialmente a superior.
- Descontinuidade e risco de desvalorização das políticas de formação de adultos.
- Atuações sectoriais, em matéria de empregoformação-educação, sem as devidas articulação interinstitucional e adequação das intervenções aos territórios.
- Aumento dos níveis de pobreza e de exclusão social, ligados ao desemprego, ao envelhecimento, à dificuldade de acesso a habitação digna ou à dependência na área da saúde e aparecimento de focos de tensão social.
- Centralização da administração pública, reduzindo a capacidade de interlocução regional.

